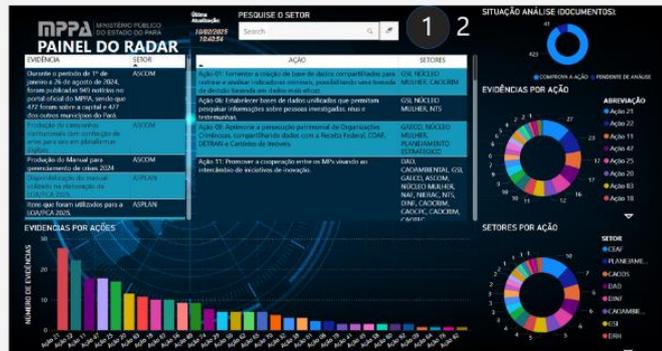




MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO RADAR ESTRATÉGICO 2025

Ano base
2024





RADAR ESTRATÉGICO
Questionário 2025 | Ano-base 2024
Instrumento de mensuração do Planejamento Estratégico brasileiro

COMISSÃO PARA MONITORAMENTO DA GESTÃO E DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PEI-MPPA 2021/2029, especificamente relacionada aos assuntos pertinentes ao Radar Estratégico.

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves (Presidente)

Ubiragilda Silva Pimentel

José Edvaldo Pereira Sales

Mônica Rei Moreira Freire

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho

Jailson Silva Pinheiro

Edwaldo Lopes da Silva

ASSESSORAMENTO TÉCNICO

Liliana Nazareth dos Santos Pereira

Assessoria SUB-TA

Leonardo Braga Maia de Sousa

Assessoria da SUB-GEPLAN

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Edwaldo Lopes da Silva

Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico

Catálogo na Publicação (CIP)

Ministério Público do Estado do Pará. Divisão de Biblioteca.

Analista Ministerial – Biblioteconomista: Sizete Medeiros do Nascimento

P221r Pará. Ministério Público. Comissão para Monitoramento da Gestão e dos Resultados Alcançados pelo PEI-MPPA 2021/2029

Relatório Radar Estratégico 2025: ano-base 2024 / Ministério Público do Estado do Pará. Comissão para Monitoramento da Gestão e dos Resultados Alcançados pelo PEI-MPPA 2021/2029. – Belém: MPPA, 2025.

85 p. : il.

Radar Estratégico Questionário 2025: ano-base 2024. Instrumento de mensuração do planejamento estratégico brasileiro.

1. Ministério Público - Pará – Comissão para Monitoramento da Gestão e dos Resultados Alcançados pelo PEI-MPPA 2021/2029. 2. Planejamento Estratégico. 3. Radar estratégico. 4. Relatório. 5. Procuradoria-Geral de Justiça. I. Mattar Júnior, César Bechara Nader - Procurador-Geral de Justiça. II. Alves, Raimundo de Mendonça Ribeiro - Procurador de Justiça – Presidente da Comissão para Monitoramento da Gestão e dos Resultados Alcançados pelo PEI-MPPA 2021/2029. III. Título.

CDD: 341.413

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior
Manoel Santino Nascimento Junior
Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
Claudio Bezerra de Melo
Ubiragilda Silva Pimentel
Geraldo de Mendonça Rocha
Francisco Barbosa de Oliveira
Dulcelinda Lobato Pantoja
Marcos Antônio Ferreira das Neves
Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Ricardo Albuquerque da Silva
Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater
Mario Nonato Falangola
Maria da Conceição de Mattos Sousa
Leila Maria Marques de Moraes
Estevam Alves Sampaio Filho
Jorge de Mendonça Rocha
Hezedequias Mesquita da Costa
Maria Célia Filocreão Gonçalves
Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
Nelson Pereira Medrado
Rosa Maria Rodrigues Carvalho
Hamilton Nogueira Salame
Waldir Macieira da Costa Filho
Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva
Maria do Socorro Pamplona Lobato
Isaias Medeiros de Oliveira
João Gualberto dos Santos Silva
Armando Brasil Teixeira
Joana Chagas Coutinho
Roberto Antônio Pereira de Souza

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Titulares

César Bechara Nader Mattar Júnior
Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva
Marcos Antônio Ferreira das Neves
Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Rosa Maria Rodrigues Carvalho
Francisco Barbosa de Oliveira
Nelson Pereira Medrado

Suplentes

Hamilton Nogueira Salame
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
Leila Maria Marques de Moraes

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Antônio Eduardo Barleta de Almeida

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Ubiragilda Silva Pimentel

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves

OUVIDORIA-GERAL

Geraldo de Mendonça Rocha

CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Érika Menezes de Oliveira

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL (CEAF)

José Edvaldo Pereira Sales

COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA (CGE)

Cesar Bechara Nader Mattar Junior (Presidente)
Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva
Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Ubiragilda Silva Pimentel
Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
Geraldo de Mendonça Rocha
Mônica Rei Moreira Freire
José Edvaldo Pereira Sales
Marly Dantas Nery

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL (CAO)

COORDENADORES

I - Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAOCPC);

Coordenadora: Ângela Maria Balieiro Queiroz

a) Núcleo do Terceiro Setor (NTS);

Coordenadora: Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

b) Núcleo Eleitoral;

Coordenador: José Edvaldo Pereira Sales

c) Núcleo do Consumidor (NUCON).

Coordenadora: Erica Almeida de Sousa

II - Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM);
Coordenador: José Maria Gomes dos Santos

III - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO/IJ);

Coordenadora: Mônica Rei Moreira Freire

IV - Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS);

Coordenador: Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos

V - Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH):

Coordenadora: Ana Cláudia Bastos de Pinho

a) Núcleo de Proteção à Mulher (NÚCLEO MULHER);

Coordenadora: Luziana Barata Dantas

b) Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (NIDE);

Coordenadora: Tatiana Ferreira Granhen

c) Núcleo Agrário e Fundiário (NAF);

Coordenadora: Ione Missae da Silva Nakamura

d) Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC)

Coordenadora: Lilian Regina Furtado Braga

VI - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAODPP).

Coordenador: Lauro Francisco da Silva Freitas Junior

VII - Centro de Apoio Operacional Ambiental (CAO/Ambiental).

Coordenador: José Godofredo Pires dos Santos

VIII - Centro de Apoio Operacional Técnico (CAO/TEC):

Coordenadora: Daniela Souza Filho Moura

a) Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA).

Coordenadora: Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO – Centro de Apoio Operacional

CAO/Ambiental – Centro de Apoio Operacional Ambiental

CAO/IJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

CAOCRIM – Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial

CAODPP – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal

CAODS – Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais

CGE-MPPA – Comitê Estadual de Governança Estratégica do Ministério Público do Estado do Pará

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNMPInd – Sistema de Indicadores do CNMP

COGEPE – Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPPA

CPE – Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP

GAECO - Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado

GSI – Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional

MP – Ministério Público

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará

NUPEIA – Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

SEAPA – Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos Planos de Atuação do Ministério Público

SUB-TA – Subprocuradoria-Geral de Justiça, Área Técnico-Administrativa

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade de Governança

UGE – Unidade de Gestão Estratégica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 METODOLOGIA.....	13
2 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO/ RADAR ESTRATÉGICO 2025 (ANO BASE 2024)	14
3 INDICADORES DE CONTRIBUIÇÃO (ANEXO I DO QUESTIONÁRIO DO RADAR)	15
4 BANCO DE EVIDÊNCIAS	28
5 ADMINISTRATIVO (ANEXO II DO QUESTIONÁRIO DO RADAR).....	71
6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS	83
REFERÊNCIAS	85

A Resolução CNMP nº 147/2016, em seu artigo 4º, define que a gestão do Plano Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), caberá à Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), competindo-lhe o monitoramento do PEN-MP e adoção das providências necessárias à sua implementação e cumprimento (inciso III do §1º do art. 4º), bem como a elaboração do relatório anual de desempenho do PEN-MP (inciso V do §1º do art. 4º) podendo, a qualquer tempo, “solicitar às unidades e ramos do Ministério Público informações sobre a implementação e cumprimento do PEN-MP em âmbito local, notadamente no que tange a seus indicadores, metas, processos, ações e iniciativas nacionais” (§5º do art. 4º).

A referida Resolução também prevê, no §3º do artigo 8º a “publicação de um ranking das unidades e ramos do Ministério Público quanto à implementação e ao cumprimento do PEN-MP”. Neste sentido, a norma estabelece instrumento de acompanhamento, inclusive de cunho classificatório, em que serão monitorados os avanços institucionais da área de planejamento e gestão estratégica, inclusive estabelecendo prazo de um ano para que as unidades e ramos do Ministério Público instituem unidades de governança e de gestão estratégica.

O MPPA entende que o Radar Estratégico se constitui em importante instrumento de planejamento, pois viabiliza o monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico no MP brasileiro, destacando, por meio das respostas das unidades ministeriais, o estágio em que elas se encontram levando a tomadas de decisões que provoquem a discussão sobre quais caminhos devem ser seguidos para uma Instituição mais forte e resolutiva.

Nesse cenário e com o intuito de prosseguir com medidas que fortaleçam o alinhamento ao Plano Estratégico Nacional (PEN), o MPPA promoveu o desdobramento do seu planejamento estratégico por meio de novos planos no nível tático, denominados Setoriais, voltados para a área finalística e Diretores, referentes à área-meio, incluindo nesses instrumentos, projetos e iniciativas, os quais, quando executados, permitirão a melhoria dos indicadores apontados na análise do Radar Estratégico 2025 - Ano base 2024.

O questionário 2025 - Ano base 2024 foi respondido pelo CEF, CAOs, Grupos Especiais e Núcleos, conforme relação abaixo discriminado:

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional: Órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações do Ministério Público.

Centros de Apoio Operacional: Ambiental; Técnico; Infância e Juventude; Direitos Humanos; Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial; Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal; Cível, Processual e do Cidadão; Direitos Sociais.

Grupos especiais e Núcleos: Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado; Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional; Núcleo do Terceiro Setor; Núcleo Eleitoral; Núcleo do Consumidor; Núcleo de Proteção à Mulher; Núcleo LGBTI+, Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência; Núcleo Agrário e Fundiário; Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição.

Unidades administrativas: Assessoria de Comunicação, Assessoria de Planejamento Orçamentário, Assessoria de Cerimonial, Assessoria Jurídica, Atividade de Licitação e Contratos, Comissão de Acompanhamento da Execução de Contratos Administrativos e convênios, Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico, Departamento de Administração, Departamento de Atividades Judiciais, Departamento Financeiro, Departamento de Informática, Departamento de Obras e Manutenção, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Médico e Odontológico.

O Relatório em tela foi elaborado com o objetivo de divulgar e incentivar membros e servidores sobre a importância da melhoria dos indicadores, por meio da execução das ações planejadas, as quais, quando executadas, provocarão resultados efetivos para a sociedade e para a instituição.

1 METODOLOGIA

Na perspectiva de obter resultados mais efetivos para a Instituição e para a sociedade e, considerando o Radar Estratégico instrumento essencial na governança e gestão do MPPA, a metodologia adotada foi a seguinte:

1º passo: Instituição da COMISSÃO PARA MONITORAMENTO DA GESTÃO E DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PEI-MPPA 2021/2029, especificamente relacionada aos assuntos pertinentes ao Radar Estratégico (Portaria nº 3095/2022-MP/PGJ);

2º passo: Avaliação dos resultados alcançados em 2021/2022/2023 e apresentação da nova presidência da comissão pela SubPGJ-GEPLAN (Portaria 1944/2024-MP/PGJ);

3º Passo: Priorização e envio ao Conselho Nacional do Ministério Público das 31 ações a serem trabalhadas no ano de 2024;

4º Passo: Apresentação dos aplicativos Radar Web e Radar Mobile, desenvolvido pela SubPGJ-GEPLAN/ Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico, que reúne todas as evidências cadastradas no ano de 2024, de acordo com a ação e órgão/unidade responsável pela informação;

5º Passo: Desenvolvimento do Painel de Business Intelligence do Radar. O painel permite o acompanhamento das informações lançadas no aplicativo Radar Web por todos os setores e ramos do Ministério Público do Pará;

6º Passo: Elaboração de Relatório contendo as evidências encaminhadas pelos órgãos e unidades administrativas de acordo com o modelo pedido pelo CNMP;

7º Passo: Encaminhamento do Relatório sobre o Radar ao Procurador-Geral para conhecimento e possíveis providências necessárias;

8º Passo: Preenchimento do Questionário do Radar 2025 (ano base 2024), na Plataforma do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

2 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO/ RADAR ESTRATÉGICO 2025 (ANO BASE 2024)

Nesta edição, o Radar Estratégico será composto de atividades relativas a 02 (dois) períodos:

1) **2025:** marcar as Ações Estratégicas prioritizadas pelas Unidades para desenvolvimento ao longo do ano de 2025. Prazo: abril de 2025

2) **2024:** as Unidades e Ramos do Ministério Público deverão indicar o grau de execução de cada ação prioritizada para 2024 ("Sim", "Parcialmente", "Há intenção Formalizada" e "Não), apresentado evidências da sua execução (integral, parcial ou intenção formalizada) com uma descrição sucinta, anexos, e representadas em números absolutos ou percentagens, sempre que necessário. Observe orientações e parâmetros para preenchimento na descrição das Ações Estratégicas. Prazo: 28 de fevereiro de 2025

Observação: A Comissão de Planejamento Estratégico irá avaliar as evidências inscritas no sistema do Radar Estratégico, devolvendo para revisão aquelas não se apresentarem aderentes aos conceitos atribuídos pela unidade. Esse registro ficará sinalizado no campo "Com devolutiva CNMP"

Observações:

I - Preenchimento dos resultados

1. Todo resultado necessitará de, pelo menos, um anexo para sua comprovação.
2. Há um campo específico para a descrição da evidência (limite 500 caracteres). Após preencher os campos obrigatórios, clique no botão "+" para incluir o anexo.
3. É possível juntar mais de um anexo por evidência, mas apenas uma evidência por Ação Estratégica.
4. O tamanho máximo de cada arquivo será de...
5. Apenas as extensões de arquivos personalizados são aceitas como anexo (.png, .jfif, .pjp, .jpg, .jpeg, .pdf).
6. Para algumas Ações Estratégicas, será necessário informar algum resultado numérico, absoluto ou percentual.
7. Parâmetros gerais da resposta quando "Há intenção formalizada": incluir evidência e anexos, informando no campo "unidade de medida" a opção "Absoluto" e no campo "Valor" o número 1, ou "Percentual" e no campo "Valor" o número 100.

O ANEXO II: Resolução CNMP nº74/2011 - Anexo Administrativo, contém questões referentes a área de comunicação, gestão administrativa, gestão de pessoas, gestão orçamentária e tecnologia da informação. Essas questões substituem o antigo Anexo Administrativo da Resolução CNMP nº 74/2011 do Sistema CNMPInd, e irão compor a publicação "MP um retrato", não pontuando para a publicação do painel das Unidades e Ramos do Ministério Público quanto à implementação e ao cumprimento do PEN-MP 2020|2029.

3 INDICADORES DE CONTRIBUIÇÃO (ANEXO I DO QUESTIONÁRIO DO RADAR)

Planejamento Estratégico Nacional (PEN-MP 2020|2029) - Indicadores de Contribuição, destinam-se a publicação do painel das Unidades e Ramos do Ministério Público quanto à implementação e ao cumprimento do PEN-MP 2020|2029.

Objetivo: 1.1 - Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

1.1.1) Programa: Fomento e promoção do fortalecimento da segurança pública

1.1.1.1 – Ação: Fomentar a criação de bases de dados compartilhadas para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficaz.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOCRIM

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Reformulação do Sistema SIMP Dados para proporcionar o compartilhamento de dados para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficazes, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Número de relatórios de dados de indicadores criminais compartilhados, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA, por meio do novo fluxo estabelecidos ao Sistema Dados no ano de 2024.	1.000 Relatórios compartilhados.

1.1.2) Programa: Fomento à integração dos Órgãos de Inteligência das Unidades e Ramos do Ministério Público

1.1.2.3 – Ação: Estabelecer bases de dados unificadas que permitam pesquisar informações sobre pessoas investigadas, réus e testemunhas.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: NTS

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Ponta de Pedra que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	35 entidades.

Objetivo: 1.2 - Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

1.2.1) Programa: Priorização da persecução dos crimes de organizações criminosas, dos feminicídios, dos crimes contra a imprensa e dos crimes violentos, hediondos e equiparados

1.2.1.3 Aprimorar a persecução patrimonial de Organizações Criminosas, compartilhando dados com a Receita Federal, COAF, DETRAN e Cartórios de Imóveis.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: GAECO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Medidas cautelares direcionadas à Justiça no âmbito das quais foram realizados pedidos de sequestro de bens e/ou valores enquanto providência de persecução patrimonial.	Quantidade de pessoas em desfavor das quais foram realizados pedidos cautelares de sequestro de bens e/ou valores.	17 pessoas.

Objetivo: 1.3 - Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

1.3.1) Programa: Articulação dos MPs para atuação em rede, visando fomentar parcerias com outros órgãos

1.3.1.2 Promover a cooperação entre os MPs visando o intercâmbio de iniciativas de inovação.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CEAF

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Termo de Cooperação Técnico-Científico nº 32023/CPJ entre o Ministério Público do Pará e o Ministério Público do Maranhão, com a realização do plano de trabalho para Cooperação Técnico-Científica e Institucional com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando a consolidação da Pesquisa, Ensino e Extensão, sobretudo, para o fomento e a implementação de práticas nos diferentes campos da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Plano de trabalho cumprido integralmente	04 produtos entregues.

Objetivo: 1.4 - Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial

1.4.03) Programa: Atuação ministerial interinstitucional, integrada e estratégica para fomentar as temáticas dos resíduos e saneamento

1.4.03.1 - Incentivar a estruturação da logística reversa nos estados, promovendo a reciclagem e o descarte adequado de produtos e embalagens.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CEF / CAOAMBIENTAL

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Lançamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Ministério Público do Estado do Pará. Foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em 6 de maio de 2024.	Participantes com certificação.	68

1.4.03.2 - Estruturar e capacitar o Ministério Público em relação aos aspectos técnicos do novo Marco do Saneamento Básico, garantindo um entendimento aprofundado da legislação.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOAMBIENTAL

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Reunião Ampliada Híbrida: Universalização do Saneamento Básico - O Novo Marco Legal do Saneamento e o Ministério Público – Diagnóstico do Estado do Pará, 15/03/2024, Auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.	Número de membros participantes.	12 membros participantes.

1.4.04) Programa: Fortalecimento da atuação voltada ao combate a todas as formas de discriminação e Promoção dos Direitos Humanos das minorias

1.4.04.1 - Acompanhar e fomentar políticas públicas de acolhimento da população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
--	--	-------------------------	---	---

EVIDÊNCIA: CEAf, CAODH, NÚCLEO LGBTI+

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
O encontro temático “EM DEFESA DA DIVERSIDADE”, foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o CAODH, Núcleo de Defesa dos Direitos LGBTI+ e a AMPEP, e aconteceu no dia 18/10/2024. O encontro teve como objetivo principal articular o Núcleo LGBTI+ com os associados da AMPEP, visando divulgar ações e coletar ideias para parcerias. A iniciativa faz parte da promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais da população LGBTI+.	Participantes com certificação.	31 Participantes com certificação.

1.4.04.2 - Atuar para garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CEAf, CAODH, NAF, NIERAC

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
II SEMINÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA – Temática: O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO TERRITORIAL: POVOS TRADICIONAIS E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS, PERSPECTIVAS PARA A COP 30, foi realizado como parte do Plano de Trabalho do GEDHA para 2024.	Participantes com certificação.	71 Participantes com certificação.

1.4.05) Programa: Defesa do dado pessoal como direito fundamental do cidadão

1.4.05.1 - Fomentar a proteção dos dados pessoais na atividade.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CEAFF, EPD, CAODPP

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
O Seminário "Integridade Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): a sua implementação no Ministério Público do Estado do Pará" foi realizado por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público – CAODPP, Escritório de Proteção de Dados – EPD e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no período de 22 a 7 de maio de 2024.	Participantes com certificação.	183 Participantes com certificação.

1.4.07) Programa: Promoção de medidas para o fortalecimento do 'Sistema de Garantias dos Direitos' da Criança e do Adolescente.

1.4.07.1 - Fomentar a fiscalização e garantir a implementação de políticas públicas prioritárias para crianças e adolescentes.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOIJ

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOIJ lança o guia "A articulação do CRAS, CREAS e a escola no combate à evasão escolar"	Número de membros alcançados.	343 membros alcançados.

1.4.08) Programa: Aperfeiçoamento a atuação finalística dos MPs com uso de novas tecnologias de monitoramento remoto na defesa do Meio Ambiente.

1.4.08.1 - Aprimorar a estrutura dos órgãos de apoio ministeriais, com servidores técnicos para atuar nas demandas ambientais, garantindo maior especialização nas equipes.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)

EVIDÊNCIA: CAOAMBIENTAL

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Seminário "Dinâmicas do Desmatamento na Região de Altamira: Diagnóstico e Prevenção", 23 a 24/08/2024. Auditório das Promotorias de Justiça de Altamira.	Número de participantes.	72 participantes.

1.4.09) Programa: Enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes e aprimoramento da proteção integral a essas vítimas.

1.4.09.2 - Fomentar a criação de fluxos de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência, incluindo a assinatura de protocolos de atuação e a articulação entre diferentes áreas do Ministério Público (MP).

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOIJ

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Lançamento GUIA - VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA DISCUSSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR - com fluxo de atendimento de violência ocorridas na escola	Número de membros alcançados.	343 membros alcançados.

1.4.12) Programa: Fomento à articulação em redes com órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil para a defesa do patrimônio público e o combate efetivo à corrupção.

1.4.12.2 - Fomentar a capacitação da sociedade civil para que ela possa exercer um papel eficaz no controle e fiscalização dos gastos públicos.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAODS

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Iniciativa "Educação Jovens e Adultos (EJA)", que visa enviar documentos que facilitem a fiscalização dos recursos públicos destinados a essa modalidade de ensino.	Número de membros alcançados.	343 membros alcançados.

Objetivo: 1.5 - Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

1.5.1) Programa: Fomento ao aperfeiçoamento das redes de controle interno e externo nos órgãos públicos, visando aprimorar o *compliance* administrativo e a integridade nas contratações públicas

1.5.1.1 - Exigir que o controle interno seja exercido por servidores titulares de cargos efetivos, aprovados em concursos específicos, para garantir a estabilidade e a qualificação no controle.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAODPP

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Projeto "CONTROLADORIAS INTERNAS NOS MUNICÍPIOS PARAENSES" foi desenvolvido pelo CAODPP, com o objetivo de diagnosticar as estruturas de controle interno dos 153 municípios/distritos paraenses e orientar/disponibilizar diretrizes para a implementação e efetivo funcionamento dessas estruturas.	Número de Prefeituras Municipais/Distritos que tiveram acesso ao Projeto.	130 municípios/distritos.

1.5.2) Programa: Monitoramento do ciclo orçamentário do Poder Público para a implementação de Políticas Públicas.

1.5.2.2 - Fomentar a criação de ferramentas de BI para acompanhar a execução orçamentária, permitindo uma análise mais eficaz dos dados financeiros e o planejamento de atuação ministerial mais resolutiva.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAODPP

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Projeto "ROYALTIES - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA RECEITA PELOS MUNICÍPIOS PARAENSES", desenvolvido por este CAODPP, com o fim de promover a máxima transparência na gestão e aplicação dos recursos recebidos por municípios paraenses a título de royalties. O Projeto conta com a cooperação de órgãos parceiros, a exemplo do TCM/PA.	Quantidade de Painéis de <i>Business Intelligence</i> desenvolvidos pelos órgãos envolvidos.	01 Painel de <i>Business Intelligence</i> desenvolvido.



Objetivo: 1.6 - Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

1.6.1) Programa: Priorização de práticas resolutivas de atuação ministerial visando autocomposição

1.6.1.3 - Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: NUPEIA

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Curso de Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos, realizado em Belém, com alcance para as 15 regiões administrativas do órgão, cujo objetivo é a sensibilização e incentivo à utilização da Justiça Restaurativa como um meio de resolução de conflitos na atuação de membros e servidores, que contemple a resolução/transformação de conflitos de maneira restaurativa e responsável.	Número de regiões administrativas alcançadas.	13 regiões administrativas alcançadas.

Objetivo: 2.1 - Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados

2.1.1) Programa: Aprimoramento da governança institucional

2.1.1.1 - Promover o engajamento de membros e a adesão aos projetos estratégicos, enfatizando a importância do comprometimento com as metas institucionais.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Oficina de elaboração de Projetos Institucionais com ênfase no Banco Nacional de Projetos.	Número de participantes.	80 participantes.

2.1.3) Programa: Aprimoramento da destreza digital do MP, com o objetivo de integrar a inovação e a transformação digital na estratégia e ações da instituição

2.1.3.1 - Instituir a estratégia digital na unidade para direcionar o uso da tecnologia no aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas e estruturantes, bem como no impulsionamento da inovação e da transformação digital em todas as áreas de atuação do MP.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: LICITAÇÃO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Plano de Trabalho para implementação do processo de transformação digital do MPPA, consoante Objeto 9 e Estratégia 93 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Designação dos integrantes da Comissão de Trabalho Multidisciplinar para implementação da transformação digital dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 02/07/2024.	Número de planos de trabalho elaborados.	01

Objetivo: 2.2 - Zelar pela sustentabilidade em toda a forma de atuação

2.2.1) Programa: Fortalecimento de estrutura de gestão sustentável

2.2.1.1 - Promover a implementação do PLS (Plano de Logística Sustentável) nas unidades ministeriais, indicando um compromisso com práticas sustentáveis na gestão.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOAMBIENTAL

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Designação da Comissão de Gestão Ambiental do Programa MP Sustentável.	Número de integrantes.	28

2.2.1.5 - Fomentar boas práticas organizacionais com foco nos critérios ambientais, sociais e governança (ESG).

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CAOAMBIENTAL

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Semana do Meio Ambiente: Dia D do Descarte Consciente, 14/06/2024, Auditório Fabrício Ramos Couto.	Nº de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos recebidos.	127

Objetivo: 3.1 - Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

3.1.1) Programa: Alinhamento e integração da gestão orçamentária aos objetivos institucionais

3.1.1.2 - Realizar reuniões de planejamento e monitoramento com os setores demandantes de produtos e serviços para alinhar o orçamento com as necessidades estratégicas, estabelecendo uma cultura de participação ativa das unidades administrativas.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
MPPA realiza reuniões administrativas para acompanhar a execução do PCA e orçamento.	Número de unidades administrativas participantes.	06

3.1.1.3 - Fomentar a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) com base nos objetivos institucionais, desdobrando-o no orçamento da unidade.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
MPPA realiza reuniões administrativas para acompanhar a execução do PCA e orçamento.	Número de unidades administrativas participantes.	06

Objetivo: 3.2 - Estabelecer a gestão administrativa compartilhada e padronizada

3.2.1) Programa: Aprimoramento dos processos de compras e contratações através da padronização e definição de critérios de qualidade

3.2.1.2 - Estruturar a governança das contratações para garantir um processo mais eficaz e transparente, inclusive incentivando o compartilhamento de boas práticas de gestão com outras Unidades.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
MPPA reúne com MPMA para apresentação da experiência na regulamentação e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA).	Número de servidores participantes.	13

3.2.2) Programa: Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização de contratos

3.2.2.3 - Promover a capacitação contínua de membros e servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: GESTÃO DE CONTRATOS

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Guia/manual para auxiliar a fiscalização no exercício de suas atribuições.	Número de fiscais de contratos alcançados.	169

Objetivo: 3.3 - Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

3.3.1) Programa: Contribuição para a melhoria da comunicação com a sociedade e para o fortalecimento da imagem institucional do MP

3.3.1.2 - Promover e atualizar a política de comunicação para atender às necessidades atuais.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: ASCOM

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Produção do Manual para gerenciamento de crises 2024	Número de publicações em 2024.	01 Manual publicado.

3.3.2) Programa: Aprimoramento dos processos de comunicação interna

3.3.2.3 - Reconhecer a importância da inclusão dos integrantes de todas as localidades, notadamente os que residem no interior do estado.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: ASCOM

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Durante o período de 1º de janeiro a 26 de agosto de 2024, foram publicadas 949 notícias no portal oficial do MPPA, sendo que 472 foram sobre a capital e 477 dos outros municípios do Pará.	Número de notícias publicadas no site.	949

Objetivo: 3.4 - Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

3.4.1) Programa: Promoção do bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho

3.4.1.2 - Flexibilizar a jornada de trabalho, inclusive com opções híbridas (presencial e remota), para oferecer aos integrantes maior autonomia na gestão de seu tempo.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Flexibilização da jornada de trabalho no MPPA com opções híbridas (presencial e remota).	Número de servidores com flexibilização de horário.	272

3.4.1.3 Sensibilizar os líderes de equipes para garantir que eles apoiem e promovam uma cultura de saúde mental positiva no local de trabalho.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: DRH, CEAF

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Palestra "Papel da Liderança na Promoção de uma Cultura de Saúde Mental Positiva no Local de Trabalho" realizada presencialmente no CEAF e transmitida online, através da Plataforma Teams, visando à capacitação dos gestores para melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho, incluindo a promoção da saúde ocupacional, da segurança no trabalho e do bem-estar de seus colaboradores.	Número de gestores participantes.	70

Objetivo: 3.5 - Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

3.5.1) Programa: Promoção da transformação digital, por meio de soluções tecnológicas integradas, inovadoras e compartilháveis, com foco na experiência do usuário

3.5.1.1 - Fomentar a transformação digital, por meio de treinamentos e workshops, buscando criar uma cultura digital integrada.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: DINF

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Ciclo de Workshop SAJMP: II - Telas de Cadastro, realizado na modalidade virtual.	Número de participantes.	176

3.5.1.3 Promover capacitações para uma cultura orientada a dados, enfatizando a importância de tomar decisões com base em informações e análises.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: CEAF, CAOCRIM

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
O Workshop "NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO IPL, TCO e PICO", foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do CAO Criminal, o evento aconteceu no dia 27/08/2024, de forma on-line. O evento teve por objetivos orientar membros e servidores nos procedimentos que devem ser adotados quando do arquivamento do IPL, TCO e PIC, após a nova sistemática legislativa, além de aprimorar os profissionais das equipes das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Número de participantes.	116

3.5.2) Programa: Aprimoramento da segurança da informação, da infraestrutura e da gestão de riscos para garantir a continuidade dos serviços de TI

3.5.2.2 Fomentar o uso de autenticação de dois fatores (2FA) para acessos a serviços de TI, reforçando a segurança.

Sim (ação com resultados definitivos)	Parcialmente (ação com resultados preliminares)	Há intenção formalizada	Não (não houve intenção formalizada)	Não se aplica (unidade não tem competência ou tem impedimento legal para sua execução)
X				

EVIDÊNCIA: DINF

A) O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	B) COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	C) RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
Implantação do Multifator de Autenticação - MFA no Departamento de Tecnologia da Informação do MPPA	Número de servidores atendidos.	79

4 BANCO DE EVIDÊNCIAS

No ano de 2024 várias atividades do MPPA contribuíram para o alcance das ações estratégicas relacionadas ao Planejamento Estratégico Nacional, entretanto, considerando o formato de preenchimento do formulário do CNMP não será possível inseri-las. Pensando nisso, listamos nesse espaço todas as evidências enviadas pelos órgãos e unidades do Ministério Público do Pará, dando destaque na 1ª linha para a evidência enviada ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Objetivo: 1.1 - Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

1.1.1) Programa: Fomento e promoção do fortalecimento da segurança pública

1.1.1.1 – Ação: Fomentar a criação de bases de dados compartilhadas para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficaz.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOCRIM	Reformulação do Sistema SIMP Dados para proporcionar o compartilhamento de dados para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficazes, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Número de relatórios de dados de indicadores criminais compartilhados, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA, por meio do novo fluxo estabelecidos ao Sistema Dados no ano de 2024.	1000
GSI	Compartilhamento de base de dados e informações com outros órgãos ou instituições através do Termo de Cooperação Técnica entre o MPPA, a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança do PA	Nº de Termos de cooperação firmados	1
CAOCRIM	Reformulação do novo relatório contendo dados compartilhados por demanda das Promotorias de Justiça com atuação no combate à criminalidade, aperfeiçoando e disponibilizando o business intelligence "MP Social".	Número de relatórios aperfeiçoados e compartilhados às Promotorias de Justiça Criminais, sob demanda.	101
CAOCRIM	Reformulação do Sistema SIMP Dados para proporcionar o compartilhamento de dados para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficazes, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Número de relatórios de dados de indicadores criminais compartilhados, sob demanda das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA, por meio do novo fluxo estabelecidos ao Sistema Dados no ano de 2024.	13

1.1.2) Programa: Fomento à integração dos Órgãos de Inteligência das Unidades e Ramos do Ministério Público

1.1.2.3 – Ação: Estabelecer bases de dados unificadas que permitam pesquisar informações sobre pessoas investigadas, réus e testemunhas.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Ponta de Pedra que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	35
NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Soure que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	15
NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Salvaterra que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	20
NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Cachoeira do Arari que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	9



NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Muaná que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	34
NTS	A 1ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – De janeiro a abril de 2024, realizou-se um levantamento nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no município do Marajó Oriental, para desenvolver o banco de dados unificados dessas entidades.	Número de entidades com domicílio fiscal no município de Santa Cruz do Arari que foram levantadas nos portais eletrônicos da Receita Federal do Brasil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	17
NTS	2ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – Em agosto de 2024 a equipe do NTS descolocou-se para o município de Muaná, para fazer a coleta de informações das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no referido município. Para isso, foi aplicado formulário eletrônico de coleta de dados das entidades, entrevistas com representantes das entidades e digitalização documentos.	Número de entidades catalogadas no município de Muaná que foram identificadas pela equipe do Núcleo do Terceiro Setor na visita in loco.	30
NTS	2ª Fase do Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó – Em outubro de 2024 a equipe do Núcleo do Terceiro Setor descolocou-se para o município de Santa Cruz do Arari, para fazer a coleta de informações das organizações da sociedade civil com domicílio fiscal no referido município. Para isso, foi aplicado formulário eletrônico de coleta de dados das entidades, entrevistas com representantes das entidades, digitalização documentos.	Número de entidades catalogadas no município de Santa Cruz do Arari que foram identificadas pela equipe do Núcleo do Terceiro Setor na visita in loco.	13

Objetivo: 1.2 - Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

1.2.1) Programa: Priorização da persecução dos crimes de organizações criminosas, dos feminicídios, dos crimes contra a imprensa e dos crimes violentos, hediondos e equiparados

1.2.1.3 Aprimorar a persecução patrimonial de Organizações Criminosas, compartilhando dados com a Receita Federal, COAF, DETRAN e Cartórios de Imóveis.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
GAECO	Medidas cautelares direcionadas à Justiça no âmbito das quais foram realizados pedidos de sequestro de bens e/ou valores enquanto providência de persecução patrimonial.	Quantidade de pessoas em desfavor das quais foram realizados pedidos cautelares de sequestro de bens e/ou valores.	17
GAECO	Medidas cautelares direcionadas à Justiça no âmbito das quais foram realizados pedidos de sequestro de bens e/ou valores enquanto providência de persecução patrimonial.	Quantidade de pedidos cautelares de sequestro de bens e/ou valores	2

Objetivo: 1.3 - Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

1.3.1) Programa: Articulação dos MPs para atuação em rede, visando fomentar parcerias com outros órgãos

1.3.1.2 Promover a cooperação entre os MPs visando o intercâmbio de iniciativas de inovação.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF	Termo de Cooperação Técnico-Científico nº 32023/CPJ entre o Ministério Público do Pará e o Ministério Público do Maranhão, com a realização do plano de trabalho para Cooperação Técnico-Científica e Institucional com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando a consolidação da Pesquisa, Ensino e Extensão, sobretudo, para o fomento e a implementação de práticas nos diferentes campos da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Nº de eventos realizados em parceria	02
		Relatórios elaborados	01
		Plano de trabalho cumprido integralmente	01
		Unidades do MPPA envolvidas	04
		Nº de grupos de pesquisa criados	01
		Grupos de Pesquisa envolvidos	02
		Universidades envolvidas	03

CEAF NAF	Há o 1º Termo Aditivo (assinado em julho de 2024) vinculado ao Termo de Cooperação nº 022/2022 – MPPA/MPAP	Reuniões de trabalho realizadas	03
		Relatórios elaborados	01
		Unidades do MPPA envolvidas	03
		Promotorias de justiça envolvidas	05
		Número de projetos institucionais relacionados	01
CEAF NAF	Termo de cooperação Técnica nº024/2024 – MPPA/PCPA	Número de escolas institucionais envolvidas	02
		Número de unidades do MPPA envolvidas	02
		Número de projetos institucionais relacionados	01
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA apresenta seu Painel de indicadores sociais, econômicos e institucionais ao MP da Bahia e ao MP de Roraima, desenvolvido no intuito de subsidiar a Administração Superior, os Promotores de Justiça e Diretores, na tomada de decisão.	Número de servidores participantes.	13
CAOAMBIENTAL	Reunião Ampliada Híbrida: Universalização do Saneamento Básico - O Novo Marco Legal do Saneamento e o Ministério Público – Diagnóstico do Estado do Pará, 15/03/2024, Auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.	Nº membros participaram do evento.	12
GSI	Intercâmbio de base de dados e informações com outros ministérios públicos.	Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Militar	1
DAD	Participação no Grupo Nacional de Gestores de Administração vinculado ao CPGA/FNG na área de Licitações e Contratos para elaboração de políticas de contratações unificadas e elaboração de PCA, além do compartilhamento de projetos licitatórios.	Quantidade de membros.	27
DAD	Participação no Grupo Nacional de Gestores de Administração vinculado ao CPGA/FNG na área de Licitações e Contratos para elaboração de políticas de contratações unificadas e elaboração de PCA, além do compartilhamento de projetos licitatórios	Número de reuniões realizadas.	15
DAD	Participação no Grupo Nacional de Gestores de Administração vinculado ao CPGA/FNG na área de Licitações e Contratos para elaboração de políticas de contratações unificadas e elaboração de PCA, além do compartilhamento de projetos licitatórios	Documentos elaborados.	5

CAOAMBIENTAL	Congresso O Ministério Público e a COP 30: Perspectivas e Desafios, 07 e 08/03/2024, Estação das Docas Teatro Maria Sylvia Nunes.	Nº pessoas participaram do evento.	295
CAOAMBIENTAL	Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente - Amazônia e Mudanças Climáticas: uma atuação socioambiental estratégica e integrada, 24 a 26/04/2024, Estação das Docas Teatro Maria Sylvia Nunes.	Número pessoas participaram do evento	272
CAOAMBIENTAL	Lançada em 18 de setembro de 2024 a obra "Território, pessoas e perspectivas de futuro: contribuições do Ministério Público do Estado do Pará sobre a questão climática", no âmbito da parceria MPPA/Funbio.	Número de obras lançadas	01
DINF	Participação do MPPA no ENASTIC MP realizado em parceria pelo MP Tocantins e TCE Tocantins, em Palmas/TO.	Número de servidores participantes	1
CAOTEC	Participação no 2º Congresso de Inovação e Tecnologia do Ministério Público	Número de participantes	1
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA reúne com MPMA para apresentação da experiência na regulamentação e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA).	Número de unidades do Ministério Público participantes.	2
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA reúne com MPMA para apresentação da experiência na regulamentação e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA).	Número de servidores participantes.	13
CAOCRIM	CAO Criminal e Promotora de Justiça do MPMS realizam webinar sobre a promoção da política antimanicomial.	Número de participação em evento com outros MPs.	1
CAOCRIM	CAO de Políticas Criminais debate novo Sistema de Arquivamento, em reunião promovida pelo GNCCRIM.	Número de participação em eventos com outros MPs.	1
CAOCRIM	CEAV/TJPA e CAO Criminal/MPPA estabelecem cooperação para atendimento de vítimas de crimes.	Número de participação em evento com outros órgãos.	1
CAOCRIM	Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Execução Penal do Ministério Público.	Número de participação de evento com outros MPs.	1
CAOCRIM	Reunião entre o CAO Criminal, Promotorias de Justiça de Controle Externo e CEAV/TJPA para tratar do aprimoramento do fluxo de atuação do PROVITA.	Número de participação em evento com outros MPs.	1
NAF	Reunião de trabalho relacionada ao 1º Termo Aditivo vinculado ao termo de cooperação Técnico-Científica nº022/2022-MPPA/MPAP. Objeto: visa o compartilhamento, transferência e trocas de tecnologias, por meio da adesão por parte do MPAP ao projeto Expresso DH. A reunião tratou sobre o relatório técnico, versão preliminar, em elaboração pelo GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA.	Número de instituições envolvidas.	1
		Número de promotorias atendidas	4
		Número de relatórios em elaboração	2

Objetivo: 1.4 - Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial

1.4.03) Programa: Atuação ministerial interinstitucional, integrada e estratégica para fomentar as temáticas dos resíduos e saneamento

1.4.03.1 - Incentivar a estruturação da logística reversa nos estados, promovendo a reciclagem e o descarte adequado de produtos e embalagens.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF CAOAMBIENTAL	Lançamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Ministério Público do Estado do Pará. Foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em 6 de maio de 2024.	Participantes com certificação	68
DAD	Participação de representantes do DAD na Comissão de Gestão Ambiental do Programa MP Sustentável designados pela Portaria nº 4552/2024-MP/PGJ	Número de reuniões de trabalho.	4
DAD	Aquisição de containers e lixeiras recicláveis para as unidades do MPPA	Número de lixeiras e containers.	20
CEAF CAOAMBIENTAL	O congresso "O Ministério Público e a COP 30: perspectivas e desafios" foi realizado por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, do CAO do Meio Ambiente e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em preparação à COP 30 de 2025, nos dias 7 e 8 de março de 2024. O Congresso teve por objetivo discutir quais são os desafios e as perspectivas para a COP 30 que será realizada em Belém do Pará no ano de 2025.	Participantes com certificação.	295
CEAF CAOCPC	A "2ª Reunião do Fórum Estadual de Combate ao USO e Impactos do Agrotóxico: uso Consciente e Responsável" foi realizada pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC), Promotoria de Justiça de Capitão Poço e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). A Reunião teve por objetivo discutir as questões relacionadas as fiscalizações, descarte de embalagem, intoxicação por agrotóxico e agrotóxicos ilegais	Participantes com certificação	81

CEAF	A oficina “BIO INSUMOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS” foi promovida pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com a 3ª Região Agrária - PJ de Marabá e o IDEFLOR– Regional Carajás, de 19 a 21/09/2024, na Associação de horticultores de São Domingos do Araguaia. O evento visou conscientizar quanto à necessidade de reduzir o uso de insumo externo e promover o aproveitamento de resíduos orgânicos para a produção de adubos, gerando benefícios locais	Participantes com certificação	11
CEAF	O seminário temático “OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE” foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) tendo como proponente o CAO CPC, e aconteceu no dia 11/12/2024, no auditório Fabrício Ramos Couto. O evento abordou o papel do Ministério Público na proteção coletiva do consumidor, com foco especial no uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde pública e no meio ambiente.	Participantes com certificação	74
CEAF	O seminário “ROYALTIES: CONTROLE E SUSTENTABILIDADE” foi promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do Centro de Apoio Operacional Ambiental – CAO Ambiental, e aconteceu no dia 11 de setembro de 2024. O encontro teve como objetivo discutir práticas de controle e sustentabilidade relacionados aos royalties, promovendo um espaço de diálogos entre autoridades e a sociedade civil.	Participantes com certificação	78
CEAF	O seminário temático “Agrotóxico: Uso Consciente e Responsável” foi promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o Centro de Apoio Operacional Cível, processual e do Cidadão – CAO CPC, e aconteceu no dia 07 de agosto de 2024. O evento promoveu um debate sobre os impactos da agricultura na área da saúde e no meio ambiente, abordando temas como: fiscalização, uso de agrotóxicos e destinação de embalagens	Participantes com certificação	74

1.4.03.2 - Estruturar e capacitar o Ministério Público em relação aos aspectos técnicos do novo Marco do Saneamento Básico, garantindo um entendimento aprofundado da legislação.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOAMBIENTAL	Reunião Ampliada Híbrida: Universalização do Saneamento Básico - O Novo Marco Legal do Saneamento e o Ministério Público – Diagnóstico do Estado do Pará, 15/03/2024, Auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.	Nº membros participaram do evento.	12
CEAF	O congresso “O Ministério Público e a COP 30: perspectivas e desafios” foi realizado por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, do CAO do Meio Ambiente e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em preparação à COP 30 de 2025, nos dias 7 e 8 de março de 2024. O Congresso teve por objetivo discutir quais são os desafios e as perspectivas para a COP 30 que será realizada em Belém do Pará no ano de 2025.	Participantes com certificação:	295

1.4.04) Programa: Fortalecimento da atuação voltada ao combate a todas as formas de discriminação e Promoção dos Direitos Humanos das minorias

1.4.04.1 - Acompanhar e fomentar políticas públicas de acolhimento da população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF CAODH NÚCLEO LGBTI+	O encontro temático “EM DEFESA DA DIVERSIDADE”, foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o CAODH, Núcleo de Defesa dos Direitos LGBTI+ e a AMPEP, e aconteceu no dia 18/10/2024. O encontro teve como objetivo principal articular o Núcleo LGBTI+ com os associados da AMPEP, visando divulgar ações e coletar ideias para parcerias. A iniciativa faz parte da promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais da população LGBTI+.	Participantes com certificação	31

NÚCLEO LGBTI+	Criação do Núcleo LGBTI+, vinculado ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH). Definição em Resolução Nº 008/2024–CPJ, de 01 de agosto de 2024 alterou a Resolução nº 004/2021-CPJ, de 05 de agosto de 2021, que reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs), incluindo em sua composição o Núcleo de Defesa dos Direitos LGBTI+.	Número de Núcleos criados.	1
CAODH	Aprovação de propostas enviadas para PGJ objetivando a criação do Núcleo LGBTI+	Número de aprovações.	1
CAODS	Iniciativa "População LGBTQIAPN+: educação, saúde e assistência social", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CEAF	O projeto “Ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) sobre ATUALIZAÇÕES E INOVAÇÕES DA LEI MARIA DA PENHA - GARANTIA DE EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO À MULHER” foi realizado por intermédio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Núcleo de Proteção à Mulher, em 23 de fevereiro de 2024. O evento teve por objetivo o aprimoramento e a capacitação permanente de Membros, Servidores, Estagiários e integrantes da Rede de Proteção à Mulher.	Participantes com certificação.	102
NÚCLEO LGBTI+	Colégio de Procuradores de Justiça aprova criação de cotas para pessoas trans em processos de estágio não obrigatório no MPPA	Número de resoluções.	1
NÚCLEO LGBTI+	VIII Semana Ser Negro no Marajó, que teve como tema “Serviço Social, Diversidade e Direitos Humanos nas Amazônias e nos Marajós - Entre lutas e visibilidade”	Participação em evento como palestrante.	2
NÚCLEO LGBTI+	Reunião do GT LGBTI+ do MPPA. Encontro virtual; presentes pessoas de várias regiões do Estado	Número de participantes.	10
NÚCLEO LGBTI+	Manifestação sobre contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e das unidades do Ministério Público.	Expedição de manifestação com posicionamento do Núcleo.	1
NÚCLEO LGBTI+	Manifestação sobre Termo de Cooperação MPPA UNIFESPA E SEAP	Expedição de arrazoado no protocolo favorável ao acordo.	1

1.4.04.2 - Atuar para garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF CAODH NAF NIERAC	II SEMINÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA – Temática: O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO TERRITORIAL: POVOS TRADICIONAIS E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS, PERSPECTIVAS PARA A COP 30, foi realizado como parte do Plano de Trabalho do GEDHA para 2024.	Participantes com certificação	71
		Número de escolas institucionais envolvidas	02
		Número de unidades do MPPA envolvidas	04
		Número de projetos institucionais relacionados	01
		Número de grupos de pesquisa envolvidos	02
		Número de universidades federais envolvidas	02
CAODH	Elaboração de parecer sobre situação dos povos indígenas da Etnia Warao.	Número de pareceres.	2
NAF	Pacto pela Educação no campo: estabelece compromissos a serem observados pelos municípios da 1ª Região Agrária do Estado do Pará, a ser implementado pelo Grupo de Trabalho em Defesa da Implementação do Pacto.	Reuniões de trabalho realizadas.	8
		Número de eventos: curso/oficinas/encontros etc. realizados.	3
		Número de municípios alcançados.	12
		Número de escolas.	20
		Número de Promotorias de Justiça envolvidas.	6
NAF	Reuniões e eventos com representantes de movimentos sociais/povos e comunidades tradicionais, com base na Recomendação do CNMP nº 61, de 25 de julho de 2017, que recomenda às unidades e aos ramos do MP brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais; e na Resolução nº 230, de 8 de junho de 2021, que disciplina a atuação do MP brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais.	Número de eventos/reuniões	8
		Número de municípios alcançados	8
		Número de comunidades	8
NIERAC	Participação na "Ação Cidadania Itinerante", promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na Comunidade Jauari e Pancada, no Município de Oriximiná, no período de 7 a 12 de abril de 2024, com a disponibilização de orientações jurídicas a respeito de direitos e promoção da cidadania na elaboração de pareceres no bojo de pedidos de retificação de dados de registro civil e inclusão de etnia, além de palestras no Conselho Tutelar.	Número de pessoas atendidas.	17
		Público nas palestras (estimativa).	50

NIERAC	Encontro Regional construindo pautas para a COP 30: Direitos e Políticas Públicas Quilombolas por um Estado Pluriétnico, no Município de Barcarena, no dia 14/6/2024.	Público-alvo: Membros, servidores, povos e comunidades tradicionais, pesquisadores e a sociedade em geral.	16
CAODS	Iniciativa "Direitos à saúde, à educação e à assistência social dos migrantes e refugiados", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CEAF, CAODH, NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER	O projeto "Roda de Conversa com Mulheres Indígenas" foi realizado por intermédio do CAODH/ Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, CEAF e Márcia Vieira da Silva Kambeba, em 22 de fevereiro de 2024. O evento teve por objetivo fomentar o diálogo entre as mulheres indígenas que residem em Belém, vindas de aldeia e outras cidades, a fim de contribuirmos com políticas públicas que venham beneficiá-las.	Participantes com certificação.	51
CEAF, CAODH, NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER, OUVIDORIA	O projeto "Roda de Conversa com Mulheres Indígenas" foi realizado pelo Núcleo de Proteção a Mulher do MPPA, Ouvidoria, CEAF e Márcia Vieira da Silva Kambeba, no município de Bom Jesus do Tocantins, na aldeia Akrätikatêjê, em 22 de maio de 2024. O evento teve o objetivo de propor reflexões sobre reflexões o papel da mulher indígena nesse novo tempo acerca de lutas, identidades, território, cultura, memória e história.	Participantes com certificação.	56
CEAF NAF NIERAC	A oficina "Construção da Educação Escolar Quilombola: experiências E. M. E. I. E. F. Quilombola Profª. Maria Bandeira Braga (Comunidade Macapazinho) e E. M. I. F. Quilombola Fernando Nunes Rodrigues (Comunidade São Pedro)" foi realizada por intermédio da Promotoria de Justiça Agrária da 1ª região – Castanhal, NAF, NIERAC, CEAF e do Grupo de Trabalho em Defesa da Implementação do Pacto pela Educação do Campo, nos dias 11 e 12 de junho de 2024.	Participantes com certificação.	21
		Número de escolas quilombolas envolvidas	02
CEAF NAF NIERAC	O evento "Encontro Regional Construindo Pautas para a COP 30: Direitos e Políticas Públicas Quilombolas - Por um Estado Pluriétnico" foi realizado por intermédio do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF/CAODH), do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial (NIERAC/CAODH) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA), em 14 de junho de 2024.	Participantes com certificação.	36
		Número de escolas quilombolas envolvidas.	07

CEAF	O Evento "Protagonismo e Importância da Comissão de Heteroidentificação para a Igualdade Racial" foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Comissão Ordinária de Heteroidentificação, no dia 10 de junho de 2024. O evento teve por objetivo promover a sensibilização e informação sobre a importância e os procedimentos das comissões de heteroidentificação.	Participantes com certificação.	49
CEAF	A oficina "Direitos Humanos e a COP-30: o olhar do MPPA sobre Mercado de Carbono no Pará" foi realizada por intermédio do CAODH e pelo CEAF, nos dias 14 e 15 de março de 2024. O evento teve por objetivo debater experiências recentes de mercado voluntário de carbono florestal no Pará com especialistas e representantes de comunidades tradicionais e Identificar oportunidades de atuação para zelar pelos direitos de comunidades tradicionais e do patrimônio público em transações de mercado de carbono	Participantes com certificação.	63
CEAF	O curso "Oficina de Direitos para Meninas e Mulheres Warao", foi realizado pela 4ª Promotoria de Justiça de Júri de Belém, Núcleo da Mulher, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública/UFPA e CEAF, em 15 de março de 2024. O curso teve o objetivo de apresentar os direitos das mulheres na legislação brasileira para o público feminino Warao.	Participantes no turno da manhã	28
CEAF	O curso "Oficina de Direitos para Meninas e Mulheres Warao", foi realizado pela 4ª Promotoria de Justiça de Júri de Belém, Núcleo da Mulher, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública/UFPA e CEAF, em 15 de março de 2024. O curso teve o objetivo de apresentar os direitos das mulheres na legislação brasileira para o público feminino Warao.	Participantes no turno da tarde.	22
CEAF NIERAC CAODH CAODS	O Seminário "ÁFRICAS E AMAZÔNIAS EM SUAS DIVERSIDADES" foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC), Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), com apoio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), em 29 de maio de 2024.	Participantes com certificação.	94

CEAF NIERAC	O evento “DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA: MULHERES AMAZÔNIDAS EM RIOS DE AFETO”, foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o NIERAC, de forma presencial, na Sala Multiuso do MP em Santarém/Pará, no dia 25 de julho de 2024. O evento teve por objetivo criar um espaço de difusão de conhecimento sobre personalidades negras femininas do Brasil e sobre as singularidades da mulheridade negra amazônica.	Participantes com certificação.	35
CEAF	Parceria entre a Diretoria de Pesquisas e a Diretoria de Publicações do MPPA. Publicação, no ano de 2024, do dossiê "Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais da Amazônia: Protocolos e Direitos de Consulta" constante na Revista do Ministério Público do Pará.	Número de dossiês publicados.	1
CEAF CAODH NAF NIERAC	Iniciativa conjunta em operacionalização do Observatório de Direitos Humanos Expresso DH, visando produzir diagnósticos que auxiliem a atuação ministerial no âmbito do CAODH; CEAF; DPGE; GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq. RELATÓRIO TÉCNICO Nº001/2024. Análise jurídico-sociológica de contextualização da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto ETE Pioneiro, pelo Poder Público Municipal, em área reivindicada por população tradicional – Território Quilombola Sítio Conceição, em Barcarena/PA.	Número de relatórios produzidos.	1
		Número de Projetos Institucionais relacionados	01
		Número de comunidades quilombolas relacionados na análise	07
		Número de promotorias de justiça atendidas	02
CEAF CAODH NAF NIERAC	Iniciativa conjunta em operacionalização do Observatório de Direitos Humanos Expresso DH, visando produzir diagnósticos que auxiliem a atuação ministerial no âmbito do CAODH; CEAF; DPGE; GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq. RELATÓRIO TÉCNICO Nº002/2024. Análise jurídico-sociológica de acompanhamento da implementação de políticas públicas na Aldeia Canaí (Kanaí) Atikum, localizada no município de Canaã dos Carajás/PA – Em processo de reivindicação fundiária indígena junto a FUNAI, nº 08620.000169/2019-92.	Número de relatórios produzidos.	01
		Número de Projetos Institucionais relacionados	01
		Número de aldeias indígenas relacionadas na análise	73
		Número de promotorias de justiça atendidas	01
		Número de procedimentos relacionados ao estudo	04
NAF NIERAC CAOTEC	Oficina de aperfeiçoamento: atuação do MP junto a povos e comunidades tradicionais. Uma atividade realizada em parceria com o GEDHA; CEAF/MPPA; NIERAC; GATI e a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTI). Visa a celebração de um Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o MPPA e o MPEG.	Participantes com certificação.	29
		Número de eixos temáticos elaborados	6

NAF CEAF	Oficina formativa: Justiça restaurativa comunitária envolvendo povos e comunidades tradicionais (40h). Atividade realizada com o apoio do CEAF/MPPA. Objetivo: ofertar informações e trocas de experiências com movimentos sociais que tem relação com a atuação da Câmara de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários da Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região (76 municípios), na perspectiva da justiça restaurativa comunitária.	Número de instituições/entidades atendidas.	8
		Participantes com certificação.	25
NAF NIERAC NÚCLEO ELEITORAL	Ofício circular relacionado ao Pacto da Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação Antirracista. Uma ação em parceria entre o NAF, NIERAC e Núcleo Eleitoral.	Número de Zonas Eleitorais alcançadas	101
		Número de Promotores Eleitorais alcançados.	101
		Número de municípios.	144
		Número de Unidades do MPPA envolvidas.	3
CEAF	O curso “DIÁLOGOS SOBRE QUESTÕES CLIMÁTICAS e a COP30: PROTEGER TERRITÓRIOS, BIOMAS E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DIANTE DA VULNERABILIDADE CLIMÁTICA – BREVES” foi promovido pelo MPPA por meio da 3ª PJ de Breves e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e aconteceu no dia 21/08/2024. O evento teve por objetivo promover a participação da comunidade nos debates sobre as mudanças climáticas, tendo por enfoque as questões locais do Município e o planejamento climático das cidades.	Participantes com certificação	44
CEAF NIERAC	O encontro temático “DIA DA AMAZÔNIA E DIA INTERNACIONAL DA MULHER INDÍGENA CONFLUÊNCIAS FEMININAS DE SABERES ENTRE O ONTEM E O HOJE”, foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e aconteceu no dia 05/09/2024. A organização do evento ficou a cargo do NIERAC em parceria com o CAODH. O evento destacou a importância do Dia Internacional da Mulher Indígena e do Dia da Amazônia, ambos simbolizando lutas pela preservação ambiental e direitos das indígenas	Participantes com certificação.	4

CEAF CAOCP	O evento “I SEMINÁRIO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS WARAO: DIREITOS E PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO, DEFESA E PROTEÇÃO” foi promovido pelo MPPA, por meio do CEAF em parceria com a PJ do Júri de Belém (4º cargo), PJI de Belém (1º cargo e 3º cargo), PJ de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Belém (3º cargo), CAO CPC e pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública/UFPA/IFCH, e aconteceu no dia 17/09/2024. O evento teve como objetivo disseminar conhecimentos sobre a defesa e proteção do povo Warao	Participantes com certificação.	60
CEAF CAODH NAF NIERAC CAOTEC	O seminário “DIÁLOGOS SOBRE A ATUAÇÃO DO MP JUNTO A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Experiências no Alto Acará/Pará”, foi uma iniciativa da 8ª PJ Agrária da I Região – Castanhal, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), GEDHA, CAODH, NAF, GT Agrário, NIERAC, CAOTEC, GATI, PNCSA e WFK-DH, e aconteceu no dia 12/12/2024. O evento teve por objetivo construir perspectivas para atuação resolutiva do Ministério Público junto a povos e comunidades tradicionais.	Participantes com certificação.	68

1.4.05) Programa: Defesa do dado pessoal como direito fundamental do cidadão

1.4.05.1 - Fomentar a proteção dos dados pessoais na atividade.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF EPD CAODPP	O Seminário “Integridade Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): a sua implementação no Ministério Público do Estado do Pará” foi realizado por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público – CAODPP, Escritório de Proteção de Dados – EPD e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no período de 22 de abril a 7 de maio de 2024.	Participantes com certificação	183

NTS	O Projeto Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó está criando um banco de dados digital de documentos, imagens e informações pessoais das Organizações da Sociedade Civil, com atuação nos Municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari. Para proteção esses dados pessoais, o Núcleo do Terceiro Setor organiza a documentação em pastas digitais, identificadas por municípios e armazenados em no servidor do MPPA.	Número de pastas digitais criadas para o armazenamento dos dados pessoais das entidades do terceiro setor	15
DINF	Realizar a autenticação do público externo (cidadão) nos sistemas do MPPA através da API GOV.BR.	Sistemas.	3
DAD	Participação no comitê estratégico de proteção de dados pessoais no âmbito do MPPA	Reuniões e entrevistas com consultoria especializada.	3
EPD	Reuniões do Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais – CEXPDAP	Número de reuniões realizadas.	3
EPD	Reuniões do Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais – CEXPDAP	Número de unidades participantes.	3
EPD	Reuniões da Comissão de Inventário de Dados Pessoais - CIDP/2024	Número de reuniões realizadas.	2
EPD	Reuniões da Comissão de Inventário de Dados Pessoais - CIDP/2024	Número de unidades participantes.	12
CEAF EPD	O evento “3º Encontro Nacional de Encarregados Pelo Tratamento De Dados Pessoais dos Ministérios Públicos dos Estados, da União e do CNMP – A Proteção de Dados Pessoais e a Adequação das Instituições” foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do Escritório de Proteção de Dados – EPD, em 27 de junho de 2024. O evento teve por objetivo disseminar os conceitos, fundamentos e princípios básicos da Resolução nº 281/2023 – CNMP ao serviço público.	Participantes com certificação	111
		Número de unidades participantes	25
CEAF	O evento “Workshop de Tendências Tecnológicas: Law Enforcement, IA Generativa e Cyber Ameaças” foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em 8 de fevereiro de 2024. O evento teve por objetivo fornecer, aos membros e servidores ligados à área de tecnologia da informação do MPPA, uma visão geral sobre as tendências tecnológicas ligadas as áreas de Segurança Cibernética, Metodologias ágeis e Inovação.	Participantes com certificação.	47

EPD	Celebração de Contrato entre o Ministério Público do Pará a Empresa de Consultoria Pironti Advogados.	Número de Cartilhas sobre Privacidade e Proteção de Dados.	1
		Número de Pareceres Técnico-Jurídico sobre a Atividade Fim do MPPA e a LGPD.	1
		Número de Cartilhas de Boas Práticas na Atividade Finalística do MPPA.	1
		Expedição de Notas Técnicas.	7
		Relatórios de Atividades.	3
EPD	Entrevista do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPPA, Dr. Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior ao Programa de Videocast Habeas Data Online do Portal O Liberal, com o tema “Esclarecimentos e curiosidades sobre a Lei Geral de Proteção de Dados”.	Número de visualizações.	137
EPD	Entrevista da Analista Ministerial Héli da Silva Oliveira, lotada no Escritório de Proteção de Dados Pessoais, ao Programa de Videocast Habeas Data Online do Portal O Liberal, com o tema “Lei Geral de Proteção de Dados e a Noções Gerais de Inteligência Artificial”.	Número de visualizações.	175
EPD	Participação da Analista Ministerial Héli da Silva Oliveira, como palestrante no “I Curso de Inteligência Ministerial”, promovido pelo Grupo de Segurança Institucional do Ministério Público do Pará - GSI, com o tema “Legislação Correlata: Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados”	Número de participantes.	30
EPD	Título de Especialista em Proteção de Dados: LGPD e GDPR concedido ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPPA, Dr. Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior, pela faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público em parceria com a Faculdade de Direito Universidade de Lisboa.	Número de membros especializados.	1
EPD	Participação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPPA, Dr. Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior no curso Formação de Alto Nível En Protección de Datos promovido pelo Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público - CEDAMP, em convênio com a Universidade de Santiago de Compostela e o Centro de Estudios de Seguridad, realizado de forma híbrida – On line e Presencial.	Número de participantes.	1

DRH	Participação na Comissão de LGPD.	Participação em reuniões junto ao Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoas – CEPDAP.	3
DRH	Participação na Comissão de LGPD.	Levantamento de dados junto ao escritório de proteção de dados acerca das informações pessoais do DRH.	6
CEAF	A oficina “COMO UTILIZAR OS MODELOS E CAMPOS AUTOMÁTICOS DENTRO DO SISTEMA SAJ”, foi realizada por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), de forma on-line, e aconteceu no dia 09 de agosto de 2024, utilizando a Plataforma Teams. As palestras foram ministradas pelo Promotor de Justiça Reginaldo César Lima Alvares. O evento teve por objetivo otimizar o uso da ferramenta tendo em vista as eleições de 2024, tornando a atuação mais célere e uniforme.	Participantes com certificação.	100
CEAF, GSI	A palestra “Segurança Institucional no Serviço Público”, integrante do Mês de Segurança, foi realizado por intermédio do MPPA por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do e do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional, e aconteceu no dia 26 de agosto de 2024, de forma presencial e online com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube. O evento teve por objetivo fomentar a cultura de segurança institucional no âmbito do MPPA.	Participantes com certificação.	119
CEAF, CAOCRIM	O Workshop “NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO IPL, TCO e PICO”, foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do CAO Criminal, o evento aconteceu no dia 27/08/2024, de forma on-line. O evento teve por objetivos orientar membros e servidores nos procedimentos que devem ser adotados quando do arquivamento do IPL, TCO e PIC, após a nova sistemática legislativa, além de aprimorar os profissionais das equipes das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Participantes com certificação.	116
CEAF	O curso “Uso de Tecnologias e Inteligência Artificial como Ferramentas Auxiliares” foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da Coordenadoria das Promotorias do Baixo-Amazonas. O evento foi realizado de forma presencial no Auditório das Promotorias de Justiça de Santarém, no dia 18 de outubro de 2024, transmitido para o TEAMS e teve por objetivo capacitar os participantes no uso de ferramentas tecnológicas para otimizar o trabalho nas promotorias	Participantes com certificação.	121

1.4.07) Programa: Promoção de medidas para o fortalecimento do 'Sistema de Garantias dos Direitos' da Criança e do Adolescente.

1.4.07.1 - Fomentar a fiscalização e garantir a implementação de políticas públicas prioritárias para crianças e adolescentes.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOIJ	CAOIJ lança o guia "A articulação do CRAS, CREAS e a escola no combate à evasão escolar"	Número de membros alcançados.	343
CAOIJ	Curso em parceria Faculdade Católica de Belém (FACBel), em parceria com a Cáritas Brasileira Regional Norte II	Número de participantes	80
CAOIJ	CAOIJ apresenta o Projeto Navegue Não Naufrague, em Ação Cidadã Institucional do MPPA para a Comunidade Warao	Número de participantes.	50
CAOIJ	CAOIJ realiza palestra "Ciclo de Diálogos: Compreendendo a violência contra crianças e adolescentes no contexto amazônico", no III Encontro de Capacitação Parapáz	Número de participantes.	70
CAOIJ	CAOIJ participa das ações do Projeto "MP + Cidadania e Marinha do Brasil: pelos Rios do Pará", no município de Abaetetuba	Número de participantes.	130
CAOIJ	MPPA participa de seminário do CNMP sobre atuação em prol de crianças e adolescentes	Número de participantes.	40
CAOIJ	CAOIJ e AMPEP realizam ação do projeto "navegue não naufrague" em comunidade do Tapanã	Número de participantes.	50
CAOIJ	CAO da Infância e Juventude promove apresentação teatral alusiva ao Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, na UsiPaz Cabanagem	Número de participantes.	100
CAODS	Iniciativa "Vistoriando as escolas para o fim da violência", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CAODS	Iniciativa "Água potável nas escolas", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CAODS	Iniciativa "Transtorno do Espectro Autista (TEA): educação e saúde", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CAODS	Iniciativa "Monitorando o transporte escolar", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
CAODS	Iniciativa "Lei Lucas", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343



CAODS	Iniciativa "Educação especial: atualizando a discussão", que visa enviar documentos aos membros.	Número de promotores alcançados.	343
CAODS	Reunião do Grupo de Trabalho em Defesa da Educação (GT Educação), que tratou de assuntos relacionados à educação inclusiva.	Número de reuniões.	1

1.4.08) Programa: Aperfeiçoamento a atuação finalística dos MPs com uso de novas tecnologias de monitoramento remoto na defesa do Meio Ambiente.

1.4.08.1 - Aprimorar a estrutura dos órgãos de apoio ministeriais, com servidores técnicos para atuar nas demandas ambientais, garantindo maior especialização nas equipes.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOAMBIENTAL	Seminário Dinâmicas do Desmatamento na Região de Altamira: Diagnóstico e Prevenção, 23 a 24/08/2024. Auditório das Promotorias de Justiça de Altamira.	Número de participantes.	72
CAOAMBIENTAL	Oficina Explorando as Potencialidades da Plataforma Terrabrasilis para Monitoramento do Desmatamento, 28/02 a 01/03/2024. Auditório da Coordenação Espacial da Amazônia – COEAM/INPE.	Nº de participantes no evento.	40
CAOAMBIENTAL	Seminário Dinâmicas do Desmatamento na Região de Marabá: Diagnóstico e Prevenção, 20 e 21/06/2024. Auditório José Luiz Brito Furtado, Marabá.	Nº de participantes no evento.	50
DAD	Participação de servidores do departamento de administração que atuam em diversas áreas no Programa "MP Sustentável" garantindo que as tomadas de decisão e a atuação em diversas áreas seja pautada pela questão ambiental, com base nos princípios da sustentabilidade	Participação em reuniões da comissão.	4
CAOTEC	Ministério Público do Estado (MPPA) recebeu diversos equipamentos da Polícia Militar do Estado (PMPA) adquiridos com recursos do Termo de Execução Descentralizada firmado entre o MPPA e a PMPA.	Número de equipamentos adquiridos.	5
CAOAMBIENTAL	Oficina Diálogos pelo Clima "Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal REED+ e mercado de carbono", parceria MPPA/Funbio.	Número de Participantes.	35

1.4.09) Programa: Enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes e aprimoramento da proteção integral a essas vítimas.

1.4.09.2 - Fomentar a criação de fluxos de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência, incluindo a assinatura de protocolos de atuação e a articulação entre diferentes áreas do Ministério Público (MP).

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOIJ	Lançamento GUIA - VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA DISCUSSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR - com fluxo de atendimento de violência ocorridas na escola.	Número de membros alcançados.	343
CAOIJ	MPPA participa de reunião para discutir a integração do fluxo de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.	Número de participantes.	17
CAOIJ	MPPA e SEDUC realizam seminário e divulgam guia voltado ao enfrentamento à violência sexual contra o público infantojuvenil - SEDUC.	Número de professores e técnicos da SEDUC.	245
CAODS	Iniciativa "Bullying em Cinco Tópicos", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343

1.4.12) Programa: Fomento à articulação em redes com órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil para a defesa do patrimônio público e o combate efetivo à corrupção.

1.4.12.2 - Fomentar a capacitação da sociedade civil para que ela possa exercer um papel eficaz no controle e fiscalização dos gastos públicos.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAODS	Iniciativa "Educação Jovens e Adultos (EJA)", que visa enviar documentos que facilitem a fiscalização dos recursos públicos destinados a essa modalidade de ensino.	Número de membros alcançados.	343
CAODPP	Projeto "CHEGA DE DISCRIMINAÇÃO: ÉTICA E INTEGRIDADE SÃO A SOLUÇÃO" foi desenvolvido pelo CAODPP e pelo CAODH, com o objetivo de promover, junto ao público infanto-juvenil, na faixa etária de 7 a 11 anos, a reflexão acerca dos direitos fundamentais, bem como sobre integridade, ética e cidadania, conscientizando-os do papel do MP e da sociedade na defesa dos direitos humanos e no controle e proteção do patrimônio público. Em março de 2024, a Escola Municipal Edson Luiz, em Belém, foi alvo do projeto.	Número de alunos participantes.	100



CAODS	Iniciativa "Assistência Social e os Programas Municipais Responsáveis pelo Cumprimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto", que visa enviar documentos que facilitem a fiscalização dos gastos públicos inerentes a esses serviços.	Número de membros alcançados.	343
-------	---	-------------------------------	-----

Objetivo: 1.5 - Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

1.5.1) Programa: Fomento ao aperfeiçoamento das redes de controle interno e externo nos órgãos públicos, visando aprimorar o *compliance* administrativo e a integridade nas contratações públicas

1.5.1.1 - Exigir que o controle interno seja exercido por servidores titulares de cargos efetivos, aprovados em concursos específicos, para garantir a estabilidade e a qualificação no controle.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAODPP	Projeto "CONTROLADORIAS INTERNAS NOS MUNICÍPIOS PARAENSES" foi desenvolvido pelo CAODPP, com o objetivo de diagnosticar as estruturas de controle interno dos 153 municípios/distritos paraenses e orientar/disponibilizar diretrizes para a implementação e efetivo funcionamento dessas estruturas.	Número de Prefeituras Municipais/Distritos que tiveram acesso ao Projeto.	130
CAODPP	Criação, pelo MPPA, de categoria específica de premiação no XII Prêmio SEBRAE Prefeitura Empreendedora – 2023/2024, denominada CONTROLE INTERNO MUNICIPAL EM FAVOR DOS PEQUENOS NEGÓCIOS, que reconhece e incentiva as Prefeituras Municipais a adotar boas práticas de governança, em especial a estruturação adequada de Unidade de Controle Interno.	Número de Prefeituras participantes da categoria de premiação	4

1.5.2) Programa: Monitoramento do ciclo orçamentário do Poder Público para a implementação de Políticas Públicas.

1.5.2.2 - Fomentar a criação de ferramentas de BI para acompanhar a execução orçamentária, permitindo uma análise mais eficaz dos dados financeiros e o planejamento de atuação ministerial mais resolutiva.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAODPP	Projeto "ROYALTIES - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA RECEITA PELOS MUNICÍPIOS PARAENSES", desenvolvido por este CAODPP, com o fim de promover a máxima transparência na gestão e aplicação dos recursos recebidos por municípios paraenses a título de royalties. O Projeto conta com a cooperação de órgãos parceiros, a exemplo do TCM/PA.	Quantidade de Painéis de Business Intelligence desenvolvidos pelos órgãos envolvidos.	1
DAD	O DAD desenvolveu aplicativos com o Power BI para auxiliar na gestão do Serviço de Transporte na emissão de passagens e controle da frota de veículos.	Número de usuários acessando.	8

Objetivo: 1.6 - Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

1.6.1) Programa: Priorização de práticas resolutivas de atuação ministerial visando autocomposição

1.6.1.3 - Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
NUPEIA	Curso de Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos, realizado em Belém, com alcance para as 15 regiões administrativas do órgão, cujo objetivo é a sensibilização e incentivo à utilização da Justiça Restaurativa como um meio de resolução de conflitos na atuação de membros e servidores, que contemple a resolução/transformação de conflitos de maneira restaurativa e responsável.	1. Nº de eventos de capacitação promovidos pelo NUPEIA.	1
		2. Nº de participantes inscritos.	40
		3. Nº de participantes concluintes.	40
		4. Nº de regiões administrativas alcançadas.	13

CAODS	Iniciativa "Mediação Escolar", que visa enviar documentos aos membros.	Número de membros alcançados.	343
DRH	O DRH foi determinado a realizar levantamentos de informações, visando subsidiar o órgão e o Estado do Pará no sentido de viabilizar acordo de autocomposição extrajudicial do processo TJPA nº 0045756-79.2000.814.0301, conforme protocolo nº 2763/2023, originado no Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição do MPPA.	Criação de mecanismo de cruzamento de dados do sistema de informática.	1
NTS	O Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó I, objetivando promover a cultura organizacional do diálogo entre as entidades de interesse social e o Ministério Público do estado do Pará, evitando-se com isso, a judicialização das prestações de contas finalísticas, realizou a escuta ativa com as entidades situadas nos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, Muaná E Santa Cruz do Arari. Escutou-se os relatos dos gestores sobre a história das entidades.	Quantidade de escuta ativa com as entidades de interesse social nos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, Muaná e Santa Cruz do Arari.	114
NUPEIA	Curso de Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos, realizado em Belém, com alcance para as 15 regiões administrativas do órgão, cujo objetivo é a sensibilização e incentivo à utilização da Justiça Restaurativa como um meio de resolução de conflitos na atuação de membros e servidores, que contemple a resolução/transformação de conflitos de maneira restaurativa e responsável.	1. Nº de eventos de capacitação promovidos pelo NUPEIA.	1
		2. Nº de participantes inscritos.	40
		3. Nº de participantes concluintes.	40
		4. Nº de regiões administrativas alcançadas.	13
NUPEIA	Participação do NUPEIA em eventos no tema da autocomposição, em diferentes localidades e modalidades, cujo objetivo é a formação continuada da equipe que compõe o Núcleo.	1. Nº de ações formativas na área da autocomposição nas quais houve participação dos integrantes do Núcleo.	32
NUPEIA	Tratamento de demandas visando contribuir por meio do apoio técnico prestado pelo Nupeia (aporte teórico e prático), à realização das práticas autocompositivas no âmbito interno e externo ao MPPA, junto às 15 regiões administrativas do Órgão.	1. Nº de demandas recebidas;	6
		2. Nº de demandas admitidas para tratamento pelo Núcleo;	6
		3. Nº de demandas concluídas.	4
		4. Número de documentos produzidos no apoio técnico feito pelo Nupeia.	5
		5. Nº de procedimentos e outras ações técnicas realizadas	34

NUPEIA	Ações técnicas realizadas (reuniões, oficinas, notas técnicas, fluxos, protocolos) visando a estruturação e aprimoramento dos núcleos/câmaras/subnúcleos autocompositivos no âmbito do MPPA.	1. Nº de ações técnicas realizadas (reuniões, oficinas, notas técnicas, fluxos, protocolos).	7
NUPEIA	Ações de comunicação que colaborem para divulgação do Núcleo e sensibilização do público interno e externo quanto à matéria da autocomposição, nas 15 regiões administrativas do órgão.	1. Nº de instrumentos de comunicação produzidos e divulgados;	19
		2. Nº de instrumentos de comunicação produzidos e divulgados;	217
		3. Nº de acessos virtuais ao Site Nupeia.	241
NUPEIA	Projeto Observatório de Práticas Autocompositivas do MPPA, cujo objetivo é identificar, sistematizar e divulgar as diferentes iniciativas de membros e servidores no âmbito do MPPA baseadas na concepção, metodologias e técnicas da autocomposição, desenvolvida pelo Nupeia com alcance para as 15 regiões administrativas do órgão.	1. Número de práticas mapeadas;	712
		2. Número de práticas admitidas e sistematizadas;	201
		3. Número de práticas divulgadas;	98
		4. Número de ações técnicas (reuniões de análise, produção de layouts, produção de extratos) realizadas;	04
NUPEIA	Acervo bibliográfico na matéria da autocomposição adquirido pelo MPPA e disponibilizado para membros e servidores das 15 regiões administrativas do Órgão, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento de competências na matéria.	1.Nº de publicações técnicas (físicas e digitais) adquiridas e disponibilizadas pelo Órgão para acesso.	45
NUPEIA	Elaboração de documentos (minutas, ofícios, portarias, recomendações, fluxos, formulários, protocolos, instrumentos de comunicação e revisão de sistemas e taxinomia) que visam favorecer/estimular a padronização dos procedimentos autocompositivos no Órgão.	1.Nº de documento elaborados.	8
NUPEIA	Oficinas “Instrumentalização em Justiça Restaurativa: construção de diálogos com a rede de atendimento da criança e do adolescente no município de Ananindeua”, realizadas em parceria com a Promotoria de Justiça de Ananindeua, voltada aos profissionais de diferentes equipamentos públicos da rede de atendimento à criança e ao adolescente, visando difundir conhecimentos sobre os métodos de solução consensual de conflitos; apresentar a prática dos círculos de diálogo e estimular sua adoção.	1.Nº de eventos de capacitação promovidos pelo Nupeia/CEAF;	2
		2.Nº de participantes concluintes;	46
		3.Nº de regiões administrativas alcançadas;	2

NUPEIA	Ação de mentoria técnica e formativa em práticas restaurativas junto aos egressos dos Cursos de capacitação realizados pelo Nupeia/CEAF	1.Nº de ações de instrumentalização técnica promovidos;	5
		2.Nº de participantes ações de instrumentalização técnica;	68
		3.Nº de regiões administrativas alcançadas;	7
NUPEIA	Elaboração de documentos (minutas, ofícios, portarias, recomendações, fluxos, formulários, protocolos, instrumentos de comunicação e revisão de sistemas e taxinomia) que favoreçam o estabelecimento de critérios de merecimento nas avaliações de carreira a partir da utilização de métodos autocompositivos	Nº de documento elaborados.	19

Objetivo: 2.1 - Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados

2.1.1) Programa: Aprimoramento da governança institucional

2.1.1.1 - Promover o engajamento de membros e a adesão aos projetos estratégicos, enfatizando a importância do comprometimento com as metas institucionais.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Oficina de elaboração de Projetos Institucionais com ênfase no Banco Nacional de Projetos.	Número de servidores participantes.	80
		Número de Regiões Administrativas participantes.	11
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA inscreve 26 projetos institucionais no Banco Nacional de Projetos do CNMP, edição 2024.	Número de projetos inscritos.	26
		Número de Membros responsáveis.	29
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SUBGEPLAN apresenta os aplicativos Radar Web e Radar Mobile aos membros da Comissão do Radar Estratégico Institucional e capacita servidores para uso dos aplicativos.	Número de servidores capacitados.	29
		Número de unidades participantes.	25
NAF CEAF CAODH	Iniciativa de atividade conjunta (NAF-CAODH/GEDHA-CEAF) em operacionalização do Observatório de Direitos Humanos Expresso DH (Coordenado pelo CEAF e CAODH). Considerando as matérias de atribuição do NAF/CAODH e para o cumprimento do PEA/MPPA, em parceria com GEDHA/CEAF, visa produzir diagnósticos que auxiliem na atuação do NAF e as Promotorias de Justiça Agrária.	Número de Promotorias Agrárias atendidas	2
		Número de produções técnicas: relatórios/notas/manuais etc.	2

NAF	Inclusão dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça Agrária no Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF 2025-2029). Objetivo; promover o maior engajamento das PJAs na elaboração e execução do PEAf.	Número de promotorias alcançadas	13
		Número de Regiões Agrárias	5
		Número de municípios atendidos	144
NAF CEAF	Adesão do NAF ao Projeto Institucional Expresso DH, sob a coordenação do CEAF e do CAODH. Objetivo: alinhamento dos produtos do Observatório de Direitos Humanos e o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF). Integração das atividades do GEDHA/CEAF no cumprimento dos objetivos estratégicos relacionados às metas e produtos do Observatório de Direitos Humanos.	Número de relatórios técnicos entregues	2
		Número de relatórios técnicos em elaboração	2
		Número de Promotorias de Justiça Agrária atendidas	3

2.1.3) Programa: Aprimoramento da destreza digital do MP, com o objetivo de integrar a inovação e a transformação digital na estratégia e ações da instituição

2.1.3.1 - Instituir a estratégia digital na unidade para direcionar o uso da tecnologia no aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas e estruturantes, bem como no impulsionamento da inovação e da transformação digital em todas as áreas de atuação do MP.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
LICITAÇÃO	Plano de Trabalho para implementação do processo de transformação digital do MPPA, consoante Objeto 9 e Estratégia 93 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Designação dos integrantes da Comissão de Trabalho Multidisciplinar para implementação da transformação digital dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 02/07/2024.	Número de planos de trabalho elaborados.	01
GSI	Curso de análise financeira e de inteligência artificial para análise financeira.	Número de cursos realizados.	01
NTS	No decorrer das atividades in loco no Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó I, verificou-se a necessidade de criar mecanismos que facilitasse a coleta de dados e o processamento do relatório em tempo real. Foi então que passamos a utilizar os formulários online do Google, com elaborações de questões de múltiplas escolhas, obteve-se o relatório automático, com gráficos estatísticos e outras planilhas que possibilitam a leitura precisa das informações.	Quantidade de formulários de pesquisa aplicados digitalmente, em Soure.	26

NTS	No decorrer das atividades in loco no Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó I, verificou-se a necessidade de criar mecanismos que facilitasse a coleta de dados e o processamento do relatório em tempo real. Foi então que passamos a utilizar os formulários online do Google, com elaborações de questões de múltiplas escolhas, obteve-se o relatório automático, com gráficos estatísticos e outras planilhas que possibilitam a leitura precisa das informações.	Quantidade de formulários de pesquisa aplicados digitalmente, em Salvaterra.	25
NTS	No decorrer das atividades in loco no Projeto Ministério Público e Terceiro Setor no Marajó I, verificou-se a necessidade de criar mecanismos que facilitasse a coleta de dados e o processamento do relatório em tempo real. Foi então que passamos a utilizar os formulários online do Google, com elaborações de questões de múltiplas escolhas, obteve-se o relatório automático, com gráficos estatísticos e outras planilhas que possibilitam a leitura precisa das informações.	Quantidade de formulários de pesquisa aplicados digitalmente, em Cachoeira do Arari.	20
ASCOM	Produção de campanhas institucionais com confecção de artes para uso em plataformas digitais	Número de campanhas veiculadas.	40
DAD	Contratação de empresa para digitalizar os documentos que se encontram no arquivo de todas as unidades da Instituição dentro do programa "MP 100% Digital" eliminando o arquivo em meio físico e permitindo seu acesso através de sistema	Estimativa de documentos a serem digitalizados.	1000
CAOTEC	Participação no 2º CONGRESSO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Número de participantes.	1

Objetivo: 2.2 - Zelar pela sustentabilidade em toda a forma de atuação

2.2.1) Programa: Fortalecimento de estrutura de gestão sustentável

2.2.1.1 - Promover a implementação do PLS (Plano de Logística Sustentável) nas unidades ministeriais, indicando um compromisso com práticas sustentáveis na gestão.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOAMBIENTAL	Designação da Comissão de Gestão Ambiental do Programa MP Sustentável.	Nº de integrantes da comissão.	28
CAOAMBIENTAL	Implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS nos polos administrativos.	Nº PGRS implementado.	1

CAOAMBIENTAL	Termo de Cooperação Técnica nº 025/2024-MP/PA, publicado no DOE nº 35.956, de 09/09/2024, com o objetivo de entrega de bens eletroeletrônicos inservíveis do MPPA ao Emaús, no âmbito do Programa MP Sustentável.	Número de equipamentos inservíveis doados.	1.165 equipamentos doados
--------------	---	--	---------------------------

2.2.1.5 - Fomentar boas práticas organizacionais com foco nos critérios ambientais, sociais e governança (ESG).

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CAOAMBIENTAL	Semana do Meio Ambiente: Dia D do Descarte Consciente, 14/06/2024, Auditório Fabrício Ramos Couto.	Nº de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos recebidos.	127
CAOAMBIENTAL	Implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS nos polos administrativos do MPPA.	Nº PGRS implementado.	1
CAOAMBIENTAL	Comemoração do mês do meio ambiente - Descarte Consciente e Feira Alimentação Saudável	Número de Resíduos de Equipamentos Eletrônicos descartados.	113
DOM	Projetos de adaptação de espaços institucionais para apoio às atividades de atenção, acolhimento e proteção dos direitos das mulheres, possibilitando a execução de boas práticas de planejamento e gestão social.	Número de espaços desenvolvidos.	2
DOM	Inauguração de imóveis com soluções sustentáveis tais como sistema fotovoltaico, reuso de águas pluviais e/ou brises para proteção solar (Canaã dos Carajás e Cameté).	Número de imóveis inaugurados.	2
DOM	Adaptação de espaços institucionais internos para melhorar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida a partir da aplicação de estratégias de desenho universal.	Número de adaptações propostas.	2
DOM	Adaptação de espaços institucionais externos, como calçadas e estacionamentos, para melhorar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida a partir da aplicação de estratégias de desenho universal.	Número de adaptações propostas.	3

Objetivo: 3.1 - Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

3.1.1) Programa: Alinhamento e integração da gestão orçamentária aos objetivos institucionais

3.1.1.2 - Realizar reuniões de planejamento e monitoramento com os setores demandantes de produtos e serviços para alinhar o orçamento com as necessidades estratégicas, estabelecendo uma cultura de participação ativa das unidades administrativas.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA realiza reuniões administrativas para acompanhar a execução do PCA e orçamento.	Número de unidades administrativas participantes.	6

3.1.1.3 - Fomentar a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) com base nos objetivos institucionais, desdobrando-o no orçamento da unidade.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA realiza reuniões administrativas para acompanhar a execução do PCA e orçamento.	Número de unidades administrativas participantes.	6
ASPLAN	Disponibilização do manual utilizado na elaboração da LOA/PCA 2025.	Número de visualizações.	69
ASPLAN	Itens que foram utilizados para a LOA/PCA 2025.	Número de itens.	658
ASPLAN	Vídeo de capacitação explicando como funciona o Orçamento, PCA e SIGI.	Número de visualizações.	21
GSI	Participação do plano de contratações anuais do MPPA.	Atuação no cumprimento das demandas orçamentárias para o ano de 2024	1

Objetivo: 3.2 - Estabelecer a gestão administrativa compartilhada e padronizada

3.2.1) Programa: Aprimoramento dos processos de compras e contratações através da padronização e definição de critérios de qualidade

3.2.1.2 - Estruturar a governança das contratações para garantir um processo mais eficaz e transparente, inclusive incentivando o compartilhamento de boas práticas de gestão com outras Unidades.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA reúne com MPMA para apresentação da experiência na regulamentação e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA).	Número de unidades do Ministério Público participantes.	2
		Número de servidores participantes.	13
LICITAÇÃO	Projeto "Rodas de Conversa: contratações", com o objetivo de promover e disseminar o conhecimento sobre contratações no âmbito do MPPA, proposto e executado pelos Coordenadores da Atividade de Licitações e Contratos e da Comissão de Controle Interno	Número de encontros realizados	3
		Número de servidores certificados	159
LICITAÇÃO	Regulamentação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do MPPA, em cumprimento ao disposto no seu art. 11, parágrafo único, com o objetivo de imprimir o máximo de eficiência e segurança jurídica aos processos de contratação do MPPA	Número de atos normativos.	3
DINF	Disponibilização no canal da Intranet do Departamento de Informática os atos normativos que norteiam as contratações em soluções de TIC, bem como modelos os artefatos de planejamento (DFD e ETP) dessas contratações.	Documentos.	3
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA realiza reuniões administrativas para acompanhar a execução do PCA e orçamento.	Número de unidades administrativas participantes.	6

3.2.2) Programa: Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização de contratos

3.2.2.3 - Promover a capacitação contínua de membros e servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
GESTÃO DE CONTRATOS	Guia/manual para auxiliar a fiscalização no exercício de suas atribuições.	Número de fiscais de contratos alcançados.	169
CEAFLICITAÇÃO CONTROLE INTERNO	O evento "Roda de Conversa: Contratações Módulo II – Governança Pública: Liderança, Estratégia e Controle nas Aquisições" foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), da Atividade de Licitações e Contratos e da Comissão de Controle Interno, nos dias 06 e 27 de fevereiro de 2024. O evento teve por objetivo promover e disseminar o conhecimento sobre a governança das contratações no âmbito do MPPA, com ênfase na estrutura de governança pública.	Participantes com certificação	44
CEAFLICITAÇÃO	A subvenção para o curso "A Função de Assessor Jurídico na Nova Lei de Licitações" foi providenciada pelo CEAFLICITAÇÃO, por meio do GEDOC n.º 108546/2024 de 20/02/2024. O evento teve por finalidade levar aos servidores públicos investidos nas funções de Assessoria Jurídica e Controle Interno da administração direta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, amplo debate dos temas mais delicados que circundam as práticas das contratações governamentais.	Participantes com certificação	1
CEAFLICITAÇÃO	A subvenção para o treinamento "Planejamento das Contratações e Formação de Preços" foi providenciada pelo CEAFLICITAÇÃO, por meio do GEDOC n.º 111894/2024 de 11/03/2024. O evento teve foco nas principais novidades da IN nº 65/2021 e as falhas na elaboração da Pesquisa de preços à luz do entendimento do TCU, debruçando-se nas orientações emanadas da Corte de Contas acerca da pesquisa de mercado e estimativas de preços para as compras e contratações públicas.	Participantes com certificação	1
CEAFLICITAÇÃO	A subvenção para o curso "Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade)" foi providenciada pelo CEAFLICITAÇÃO, por meio dos protocolos GEDOC n.º 110316/2024 e 110316/2024. O curso buscou capacitar os agentes envolvidos nos processos de	Participantes com certificação.	2

	contratações oferecendo os devidos conhecimentos sobre os dispositivos legais relevantes, a fim de identificar corretamente as situações aplicáveis e conduzir os procedimentos com a segurança jurídica requerida nas contratações por dispensa e inexigibilidade.		
CEAF	A subvenção para o treinamento “33ª Semana de Licitações e Contratos (SNLC)” foi providenciada pelo CEAF, por meio do GEDOC n.º 119034/2024 de 26/04/2024. O objetivo do evento foi atualizar os servidores sobre a Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) em suas práticas cotidianas e em suas respectivas instituições.	Participantes certificação.	com 1
CEAF	A subvenção para o curso “Fraudes em Licitações e Contratos Administrativos e a Nova Lei Anticorrupção” foi providenciada pelo CEAF, por meio dos protocolos GEDOC n.º 113389/2024 e 113417/2024. O evento teve por objetivo transmitir informações teóricas e práticas sobre o tema Fraudes em Licitações e Contratos Administrativos à luz de Operações Especiais realizadas pelos Órgãos de Defesa do Estado e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.	Participantes certificação	com 2

Objetivo: 3.3 - Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

3.3.1) Programa: Contribuição para a melhoria da comunicação com a sociedade e para o fortalecimento da imagem institucional do MP

3.3.1.2 - Promover e atualizar a política de comunicação para atender às necessidades atuais.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
ASCOM	Produção do Manual para gerenciamento de crises 2024	Número de publicações em 2024.	1

3.3.2) Programa: Aprimoramento dos processos de comunicação interna

3.3.2.3 - Reconhecer a importância da inclusão dos integrantes de todas as localidades, notadamente os que residem no interior do estado.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
ASCOM	Durante o período de 1º de janeiro a 26 de agosto de 2024, foram publicadas 949 notícias no portal oficial do MPPA, sendo que 472 foram sobre a capital e 477 dos outros municípios do Pará.	Número de notícias publicadas no site.	949
DRH	Projetos realizados e novos fluxos cadastrados visando ao atendimento das unidades do interior ao longo do ano de 2024.	Fluxos de GEDOC disponibilizados aos servidores do interior.	28
DRH	Projetos realizados e novos fluxos cadastrados visando ao atendimento das unidades do interior ao longo do ano de 2024.	Uso do sistema Assinador para facilitar e agilizar as assinaturas em documentos.	1
DRH	Projetos realizados e novos fluxos cadastrados visando ao atendimento das unidades do interior ao longo do ano de 2024.	Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher (08 de março de 2024)	112

Objetivo: 3.4 - Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

3.4.1) Programa: Promoção do bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho

3.4.1.2 - Flexibilizar a jornada de trabalho, inclusive com opções híbridas (presencial e remota), para oferecer aos integrantes maior autonomia na gestão de seu tempo.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Flexibilização da jornada de trabalho no MPPA com opções híbridas (presencial e remota).	Número de servidores com flexibilização de horário.	272
		Número de servidores com autorizo para teletrabalho.	28

3.4.1.3 Sensibilizar os líderes de equipes para garantir que eles apoiem e promovam uma cultura de saúde mental positiva no local de trabalho.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
DRH CEAF	Palestra "Papel da Liderança na Promoção de uma Cultura de Saúde Mental Positiva no Local de Trabalho" realizada presencialmente no CEAF e transmitida online, através da Plataforma Teams, visando à capacitação dos gestores para melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho, incluindo a promoção da saúde ocupacional, da segurança no trabalho e do bem-estar de seus colaboradores.	Participação dos gestores convocados de forma presencial e online.	70
DMO	Instituída, em 18/03/2024 pela Procuradoria-Geral de Justiça, a Comissão Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no âmbito do MPPA, à qual compete o planejamento, análise e acompanhamento das iniciativas voltadas a promover a QVT no âmbito do MPPA, fornecer subsídios para execução, fornecer assistência na obtenção de melhor coordenação e integração com outros serviços e funções, fornecer feedback sobre as ações, realizar ajustes e correções no que for apropriado.	Comissões efetivadas.	1

DMO	A Comissão de Saúde, da qual diversos servidores do DMO a compõem, realizou o primeiro questionário de avaliação de saúde dos integrantes do MPPA, on line, no período de 19/02/2024 a 14/06/2024 que abrangeu todos os servidores, membros e estagiários do MPPA, e que incluiu questionamentos acerca da saúde psíquica dos participantes.	Número de integrantes que responderam à pesquisa.	1149
		Número de membros que responderam à pesquisa.	45
		Número de servidores que responderam à pesquisa.	703
		Número de estagiários que responderam à pesquisa.	401
CEAF	O evento “WORKSHOP: O BRANCO DE JANEIRO E AS CORES DO ANO INTEIRO” foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no dia 26 de janeiro de 2024. O evento teve por objetivos: visitar os desejos realizados ou não em 2023 a fim de ativar o potencial de avançar a partir de então, visitar as expectativas de realização para o ano de 2024 e refletir sobre como o autocuidado pode ser aliado nesse processo.	Participantes com certificação.	12
CEAF	A palestra “Comissão de ética de servidores do MPPA: atribuições, práticas e procedimentos”, foi uma realização do Ministério Público Do Estado Do Pará, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Comissão de Ética de servidores do MPPA, realizado de forma presencial e virtual, no dia 20 de maio de 2024. O evento teve por objetivo disseminar o conhecimento sobre as atribuições, práticas e procedimentos adotados pela Comissão de Ética de servidores do MPPA.	Participantes com certificação.	47
CEAF	A palestra “O Papel do Gerente e o Negociador”, integrante do Mês da Segurança Institucional – MPPA, foi realizado por intermédio do Ministério Público do Estado Do Pará (MPPA) através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizado de forma presencial e online com transmissão ao vivo pela plataforma Teams, e aconteceu no dia 01/08/2024. O evento teve por objetivo fomentar a cultura de segurança institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Participantes com certificação.	40

CEAF	O Curso “Formação e Ambientação de Novos Promotores de Justiça” foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, com a efetiva participação de diversas unidades do MPPA, no período de 8 a 19 de abril de 2024. O evento teve por objetivo propiciar uma visão geral da estrutura do Ministério Público do Estado do Pará e dar conhecimento sobre como cada Unidade do Ministério Público do Estado do Pará poderá contribuir para o exercício do cargo de membro do MPPA.	Participantes com certificação.	59
CEAF PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	O workshop “Cadeia do Valor do MPPA: Como entregar com excelência nossa estratégia para a sociedade?” foi promovido MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão e Planejamento Estratégico, e aconteceu no dia 17/09/2024. O evento teve como objetivo a construção da cadeia de valor da Instituição, um instrumento estratégico que visa otimizar a governança e a gestão dos órgãos públicos.	Participantes com certificação.	107
CEAF DMO	A Roda de Conversa “SETEMBRO AMARELO: Um olhar para a saúde mental”, foi promovida pelo CEAF e DMO, para promover a educação em saúde mental aos integrantes do MPPA, conforme o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029, em seu objetivo 9, atendendo à Res. n.º 265, de 03/07/2023, do CNMP, que instituiu a “Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do MP. O evento ocorreu no dia 16/09/2024 e teve por objetivo promover a educação em saúde mental dos integrantes do MPPA.	Participantes com certificação.	97
CEAF OUVIDORIA	O workshop “A Ouvidoria e a atuação das Promotorias de Justiça” foi promovido pela OUVIDORIA-GERAL do MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e aconteceu no dia 20/09/2024. O evento teve por objetivo promover o aprimoramento e a capacitação dos participantes. Além disso, buscou-se ampliar o conhecimento sobre as atribuições da Ouvidoria Geral, fortalecendo suas atribuições e o relacionamento com a comunidade.	Participantes com certificação.	78

Objetivo: 3.5 - Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

3.5.1) Programa: Promoção da transformação digital, por meio de soluções tecnológicas integradas, inovadoras e compartilháveis, com foco na experiência do usuário

3.5.1.1 - Fomentar a transformação digital, por meio de treinamentos e workshops, buscando criar uma cultura digital integrada.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
DINF	Ciclo de Workshop SAJMP: II - Telas de Cadastro, realizado na modalidade virtual.	Número de participantes.	176
DINF	Realização de contratação de plataforma ALURA de treinamento contínuo da equipe técnica do Departamento de Informática.	Licenças de uso.	100
CEAF	O evento "TREINAMENTO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA JUSTIÇA – SAJ" foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e a Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA, no dia 26 de abril de 2024. O workshop teve o objetivo de capacitar os membros para a utilização do Sistema de Automação da Justiça nas Promotorias de Justiça.	Participantes com certificação.	46
CEAF	O evento "TREINAMENTO PARA O SISTEMA DE ATIVIDADE DOS MEMBROS-SIMP" foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e a Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA, em 25 de abril de 2024. Este workshop teve o objetivo de capacitar os membros para a utilização do Sistema de Atividade dos Membros da Justiça nas Promotorias de Justiça.	Participantes com certificação.	27
CEAF	A oficina "COMO UTILIZAR OS MODELOS E CAMPOS AUTOMÁTICOS DENTRO DO SISTEMA SAJ", foi realizada por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), de forma on-line, utilizando a Plataforma Teams, no dia 9 de agosto de 2024. As palestras foram ministradas pelo Promotor de Justiça Reginaldo César Lima Alvares. O evento teve por objetivo otimizar o uso da ferramenta tendo em vista as eleições de 2024, tornando a atuação mais célere e uniforme.	Participantes com certificação.	45

CEAF GSI	A palestra “Segurança Institucional no Serviço Público”, integrante do Mês de Segurança, foi realizado por intermédio do MPPA por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do e do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional, e aconteceu no dia 26 de agosto de 2024, de forma presencial e online com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube. O evento teve por objetivo fomentar a cultura de segurança institucional no âmbito do MPPA.	Participantes com certificação.	119
CEAF CAOCRIM	O Workshop “NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO IPL, TCO e PICO”, foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do CAO Criminal, o evento aconteceu no dia 27/08/2024, de forma on-line. O evento teve por objetivos orientar membros e servidores nos procedimentos que devem ser adotados quando do arquivamento do IPL, TCO e PIC, após a nova sistemática legislativa, além de aprimorar os profissionais das equipes das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Participantes com certificação.	116
CEAF	O curso “Uso de Tecnologias e Inteligência Artificial como Ferramentas Auxiliares” foi promovido pelo MPPA, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da Coordenadoria das Promotorias do Baixo-Amazonas. O evento foi realizado de forma presencial no Auditório das Promotorias de Justiça de Santarém, no dia 18 de outubro de 2024, transmitido para o TEAMS e teve por objetivo capacitar os participantes no uso de ferramentas tecnológicas para otimizar o trabalho nas promotorias	Participantes com certificação.	121
CEAF GSI	O curso de Inteligência Artificial para Análise Financeira foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com o GSI, e foi ministrado pelo professor Roberto Zaina da empresa Datavirtus Treinamentos LTDA, no período de 29 a 31/10/2024. O evento teve por objetivo capacitar os membros e servidores do MPPA na área de Inteligência Artificial e apresentar aos membros e servidores as novas tecnologias e os riscos relacionados ao uso da Inteligência Artificial.	Participantes com certificação.	15



CEAF DINF	O curso Red Hat Day foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o Departamento de Informática (DINF), e aconteceu no dia 3 de dezembro de 2024. O evento teve por objetivo reforçar o compromisso do MPPA com a governança de TI e a adoção de metodologias e tecnologias inovadoras para aprimorar seus serviços e proporcionar um ambiente para debate sobre soluções open-source de ponta, fomentando a colaboração entre as áreas técnicas e de negócio do MPPA.	Participantes com certificação.	20
--------------	--	---------------------------------	----

3.5.1.3 Promover capacitações para uma cultura orientada a dados, enfatizando a importância de tomar decisões com base em informações e análises.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
CEAF CAOCRIM	O Workshop "NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO IPL, TCO e PICO", foi realizado por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do CAO Criminal, o evento aconteceu no dia 27/08/2024, de forma on-line. O evento teve por objetivos orientar membros e servidores nos procedimentos que devem ser adotados quando do arquivamento do IPL, TCO e PIC, após a nova sistemática legislativa, além de aprimorar os profissionais das equipes das Promotorias de Justiça Criminais do MPPA.	Participantes com certificação.	116
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MPPA apresenta seu Painel de indicadores sociais, econômicos e institucionais ao MP da Bahia e ao MP de Roraima, desenvolvido no intuito de subsidiar a Administração Superior, os Promotores de Justiça e Diretores, na tomada de decisão.	Número de unidades do Ministério Público participantes.	3
		Número de servidores participantes.	13
DINF	Participação do MPPA na 2ª edição do Encontro Nacional sobre Tecnologia e Inovação na Justiça Eleitoral (Enastic-JEL)	Número de servidores participantes.	6
DINF	Participação do MPPA no ENASTIC MP realizado em parceria pelo MP Tocantins e TCE Tocantins, em Palmas/TO.	Número de servidores participantes.	1

CEAF GSI	O “Curso de Inteligência para Agentes do Ministério Público” foi realizado por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI/MPPA) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), de 8 a 12 de abril de 2024. O curso teve por objetivo capacitar membros, servidores e militares para atuar na atividade de inteligência no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Participantes com certificação.	38
CEAF CAOAMBIENTAL	O evento “DIÁLOGOS PELO CLIMA” foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental, Fundação para a Biodiversidade – FUNBIO e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024. O evento teve por objetivo debater importantes pautas ambientais e o papel do Ministério Público perante as demandas.	Participantes no 1º dia.	31
CEAF CAOAMBIENTAL	O evento “DIÁLOGOS PELO CLIMA” foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental, Fundação para a Biodiversidade – FUNBIO e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024. O evento teve por objetivo debater importantes pautas ambientais e o papel do Ministério Público perante as demandas.	Participantes no 2º dia.	34
CEAF	O curso de Análise Financeira foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e foi ministrado pelo professor Roberto Zaina, da empresa Datavirtus Treinamentos LTDA, e ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2024. O evento teve por objetivo capacitar membros e servidores na área de Análise Financeira e Inteligência Artificial.	Participantes com certificação.	15
CEAF	O curso de Inteligência Artificial para Análise Financeira foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em parceria com o GSI, e foi ministrado pelo professor Roberto Zaina da empresa Datavirtus Treinamentos LTDA, no período de 29 a 31/10/2024. O evento teve por objetivo capacitar os membros e servidores do MPPA na área de Inteligência Artificial e apresentar aos membros e servidores as novas tecnologias e os riscos relacionados ao uso da Inteligência Artificial.	Participantes com certificação.	15

3.5.2) Programa: Aprimoramento da segurança da informação, da infraestrutura e da gestão de riscos para garantir a continuidade dos serviços de TI

3.5.2.2 Fomentar o uso de autenticação de dois fatores (2FA) para acessos a serviços de TI, reforçando a segurança.

QUEM? (deverá ser informado o nome do órgão/unidade responsável pela informação)	O QUÊ? (deverão ser informados o nome e o local da iniciativa, com uma breve e objetiva descrição de seus objetivos)	COMO É MEDIDA? (deverá ser apontada a forma como são mensurados os resultados, vale dizer, quais são os "indicadores" da iniciativa)	RESULTADOS? (deverão ser descritos os resultados obtidos por meio dessa iniciativa, conforme a respectiva forma de medida)
DINF	Implantação do Multifator de Autenticação - MFA no Departamento de Tecnologia da Informação do MPPA	Número de servidores atendidos.	79
DINF	Desenvolvimento do sistema de assinatura digital para os documentos internos do MPPA, que solicita, além das credenciais de login e senha, o token de assinatura que foi enviado para o e-mail do usuário.	Sistemas desenvolvidos.	1

5 ADMINISTRATIVO (ANEXO II DO QUESTIONÁRIO DO RADAR)

O Anexo II-Administrativo, contém questões referentes a área de comunicação, gestão administrativa, gestão de pessoas, gestão orçamentária e tecnologia da informação. Essas questões substituem o antigo Anexo Administrativo da Resolução CNMP nº 74/2011 do Sistema CNMP/Ind, e irão compor a publicação "MP um retrato", não pontuando para a publicação do painel das Unidades e Ramos do Ministério Público quanto à implementação e ao cumprimento do PEN-MP 2020|2029.

I - GESTÃO ESTRATÉGICA: PLANO ESTRATÉGICO

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM (Integral): adesão à Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos.	b) SIM (Parcial): adesão adaptada à Missão, Visão, Valores e/ou Objetivos Estratégicos.	c) Em processo de adesão: há intenção formalizada para adesão.	d) Em análise: não há intenção formalizada para adesão.	e) NÃO: optou por não aderir.	f) Não se aplica: o Planejamento Estratégico Institucional em vigor ainda está em execução (vigência válida).	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	A Unidade/Ramo aderiu ao PEN-MP 2020-2029?				X			PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
2.1	Planejamento Estratégico Institucional - Início (ANO):	2021						
2.2	Planejamento Estratégico Institucional - Término (ANO):	2029						

I - GESTÃO ESTRATÉGICA: UNIDADE DE GOVERNANÇA - UG

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
B.1	A Unidade/Ramo possui Unidade de Governança (UG)?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
B.2	Em caso afirmativo, a UG avalia, direciona e monitora a gestão da estratégia da Instituição?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
B.3	Em caso afirmativo, a UG, ou mesmo outro setor, realiza o monitoramento da estratégia da Instituição por meio de reuniões (RAE, RAT e RAO)?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - GESTÃO ESTRATÉGICA: UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA - UGE

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
C.1	A Unidade/Ramo possui Unidade de Gestão Estratégica (UGE)?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
C.2	Em caso afirmativo, a UGE elabora relatório anual de desempenho do Plano Estratégico?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
C.3	A UGE monitora o Plano Estratégico e adota as providências necessárias à sua implementação e cumprimento?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - GESTÃO ESTRATÉGICA: FOMENTO E GERENCIAMENTO DE PORTIFÓLIO DE PROJETOS E MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
D.1	A Unidade de Gestão Estratégica, ou mesmo outro setor, possui atribuição para fomentar e gerenciar o portfólio de projetos?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
D.2	A Unidade de Gestão Estratégica, ou mesmo outro setor, possui atribuição para mapear os processos da instituição?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
D.3	A Unidade/Ramo possui critérios definidos de priorização de projetos?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
D.4	A Unidade/Ramo possui ferramenta de mapeamento e gerenciamento de projetos?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
D.5	A Unidade/Ramo possui processos de trabalho e rotinas administrativas claramente definidos (por meio de manuais, normas, portarias ou resoluções)?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



I - GESTÃO ESTRATÉGICA: ALINHAMENTO DO ORÇAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
E.1	A Unidade/Ramo possui instrumento que alinhe o Orçamento ao Planejamento Estratégico?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
E.2	A Unidade/Ramo possui unidade organizacional de Orçamento vinculada à unidade organizacional de Planejamento Estratégico?	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
E.3	Em caso afirmativo, o Plano Estratégico é critério de priorização do Orçamento	X				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

II - COMUNICAÇÃO: ESTRUTURA

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Publicidade?		X			ASS. COMUNICAÇÃO
A.2	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Jornalismo Institucional?		X			ASS. COMUNICAÇÃO
A.3	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Assessoria de Imprensa?			X		ASS. COMUNICAÇÃO
A.4	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Comunicação Interna?			X		ASS. COMUNICAÇÃO
A.5	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Relações Públicas?		X			ASS. COMUNICAÇÃO
A.6	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo tem unidade de Cerimonial e Eventos?				X	ASS. COMUNICAÇÃO
A.7	O setor de Comunicação de sua Unidade/Ramo possui unidade de Comunicação Digital?			X		ASS. COMUNICAÇÃO
A.8	A Unidade/Ramo possui Plano de Comunicação ou outro instrumento de planejamento?	X				ASS. COMUNICAÇÃO
A.9	A Unidade/Ramo permite o acesso a redes sociais?	X				ASS. COMUNICAÇÃO
A.10	A área de comunicação da Unidade/Ramo utiliza mídias sociais para divulgar as notícias da Instituição?	X				ASS. COMUNICAÇÃO
A.11	A área de comunicação da Unidade/Ramo monitora o que é publicado nas mídias sociais da sua Instituição?	X				ASS. COMUNICAÇÃO

II - COMUNICAÇÃO: PESSOAL

Número de pessoas que trabalham na área de comunicação da sua Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
B.1	Cargos em Comissão	2	ASS. COMUNICAÇÃO
B.2	Servidores do quadro:	4	ASS. COMUNICAÇÃO
B.3	Com concurso específico para a área de comunicação:	0	ASS. COMUNICAÇÃO
B.4	Com concurso para outras áreas:	4	ASS. COMUNICAÇÃO
B.5	Servidores cedidos de outros órgãos:	0	ASS. COMUNICAÇÃO
B.6	Terceirizados:	0	ASS. COMUNICAÇÃO
B.7	Estagiários:	8	ASS. COMUNICAÇÃO

III – GESTÃO ADMINISTRATIVA: ESTRUTURA

Número de sedes da Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	Locadas:	21	DAD
A.2	Cedidas - Sede ou Espaço administrado pelo MP:	8	DAD
A.3	Cedidas - Sede ou Espaço administrado pelo cedente:	68	DAD
A.4	Cedidas - Sede ou Espaço administrado conjuntamente pelo MP e o cedente:	2	DAD
A.5	Próprias:	58	DAD

IV – GESTÃO DE PESSOAS: ESTRUTURA

Número de pessoas que trabalham na Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	Nº de Membros de 1ª Instância:	343	DRH
A.2	Nº de Membros de 2ª Instância:	31	DRH
A.3	Nº de Membros de 3ª Instância:	0	DRH
A.4	Nº de Cargos de Servidores de Carreira existentes:	1622	DRH
A.5	Nº de Cargos de Servidores de Carreira providos:	1125	DRH
A.6	Nº de Cargos em Comissão existentes:	848	DRH
A.7	Nº de Cargos em Comissão providos:	650	DRH
A.8	Nº de vagas existentes para estagiários (Direito):	757	DRH
A.9	Nº de vagas existentes para estagiários (outras áreas, exceto da área de TI):	261	DRH

IV – GESTÃO DE PESSOAS: DESENVOLVIMENTO

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
B.1	A Unidade/Ramo possui avaliação periódica de desempenho para servidores?		X			DRH
B.2	A Unidade/Ramo possui plano anual de capacitação?	X				DRH
B.3	A Unidade/Ramo possui programa permanente de capacitação?				X	DRH
B.4	Na Unidade/Ramo existe mapeamento de competências de membros e servidores?		X			DRH
B.5	Na Unidade/Ramo está implantada a Gestão por Competências (GC)?		X			DRH
B.6	Na Unidade/Ramo existe mapeamento de competências das unidades administrativas?		X			DRH
B.7	Na Unidade/Ramo existem programas relacionados à saúde ocupacional dos membros e servidores?	X				DMO

V – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: ESTRUTURA

Valores em Reais (R\$) com duas casas decimais.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	Orçamento da Unidade/Ramo – Recursos previstos na Lei Orçamentária:	R\$ 995.860.051,00	ORÇAMENTO
A.2	Despesa de custeio executada pela Unidade/Ramo:	R\$ 327.596.208,48	ORÇAMENTO
A.3	Despesa de capital executada pela Unidade/Ramo:	R\$ 45.215.771,94	ORÇAMENTO
A.4	Despesa de custeio executada pela Unidade/Ramo – Tecnologia da Informação:	R\$ 25.915.931,35	ORÇAMENTO
A.5	Despesa de capital executada pela Unidade/Ramo – Tecnologia da Informação:	R\$ 23.925.818,50	ORÇAMENTO
A.6	Despesa de pessoal executada pela Unidade/Ramo – Tecnologia da Informação:	R\$ 17.949.029,88	DRH
A.7	Valor investido em capacitação (exceto Tecnologia da Informação):	R\$ 2.851.723,56	ORÇAMENTO
A.8	Valor investido em capacitação – Tecnologia da Informação:	R\$ 183.865,18	ORÇAMENTO

V – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: DESENVOLVIMENTO

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
B.1	Possui centro de custos?		X			ORÇAMENTO
B.2	Existe captação de recursos externos?	X				ORÇAMENTO
B.3	Existe fundo de reaparelhamento destinado ao Ministério Público?	X				ORÇAMENTO

VI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: GOVERNANÇA DE TI

Nº	A SUA UNIDADE EXECUTA A AÇÃO:	a) SIM: institucionalmente formalizado e em funcionamento.	b) NÃO: sem formalização institucional e/ou sem funcionamento.	c) PARCIAL: sem formalização institucional, mas em funcionamento.	d) Não se aplica: vinculada a resposta anterior ou outras situações não especificadas.	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
A.1	A Unidade/Ramo possui Plano Estratégico de Tecnologia da Informação?	X				INFORMÁTICA
A.2	A Unidade/Ramo possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação?	X				INFORMÁTICA
A.3	A Unidade/Ramo possui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação?	X				INFORMÁTICA

VI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: EQUIPE DE TI

Considere o número de pessoas que trabalham na área de TI da sua Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
B.1	Quantidade de Servidores:	93	INFORMÁTICA
B.2	Quantidade de terceirizados:	0	INFORMÁTICA
B.3	Quantidade de estagiários:	12	INFORMÁTICA

VI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: INFRAESTRUTURA DE TI (INTERNET)

Considere o quesito Internet na estrutura de TI da sua Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
C.1.1	Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 2MB:	0	INFORMÁTICA
C.1.2	Quantidade de sedes com link de velocidade entre 2MB e 16MB:	0	INFORMÁTICA
C.1.3	Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16MB:	215	INFORMÁTICA
C.1.4	Quantidade de sedes sem acesso à internet:	0	INFORMÁTICA

VI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: INFRAESTRUTURA DE TI (PARQUE COMPUTACIONAL)

Considere o quesito Parque Computacional na estrutura de TI da sua Unidade/Ramo.

CÓD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE / DEPARTAMENTO Responsável pela informação
C.2.1	Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos:	2098	INFORMÁTICA
C.2.2	Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos:	1852	INFORMÁTICA
C.2.3	Quantidade de ativos de rede:	891	INFORMÁTICA
C.2.4	Quantidade de storage em Terabytes:	728	INFORMÁTICA
C.2.5	Quantidade de certificados digitais distribuídos:	427	INFORMÁTICA



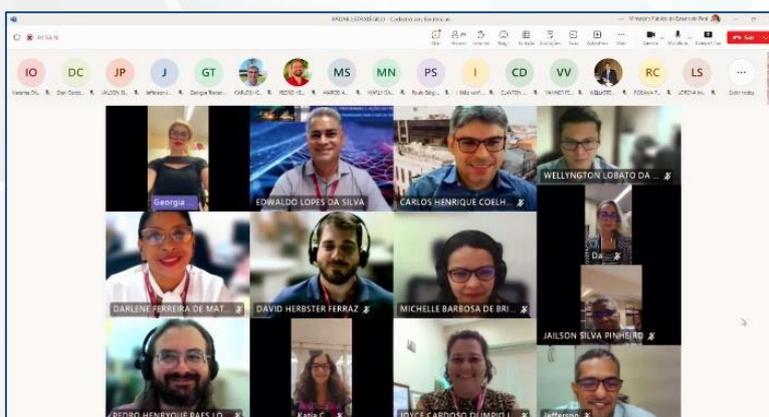
6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS



COMISSÃO PARA MONITORAMENTO DA GESTÃO E DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PEI-MPPA 2021/2029, especificamente relacionada aos assuntos pertinentes ao Radar Estratégico (fevereiro/2024).



Apresentação dos aplicativos Radar Web e Radar Mobile aos membros da Comissão do Radar Estratégico Institucional (junho/2024).



Nivelamento de conceitos com os responsáveis pelo cadastramento das informações nos aplicativos Radar Web e Radar Mobile. Representantes dos Centros de Apoio Operacional, Núcleos, Grupos Especiais, Departamentos e Assessorias (junho/2024).



REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Radar Estratégico 2023 – Ano base 2022**. Brasília: CNMP, 2022. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/cnmp/viz/RadarEstratgico/RadarEstratgico>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 147, de 21 de junho de 2016**. Dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público, estabelece diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, das unidades e ramos do Ministério Público e dá outras providências. Brasília: CNMP, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Tq6Yhm>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PARÁ. Ministério Público. **Planos Setoriais**. Disponíveis no Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos Planos de Atuação do Ministério Público (SEAPA). Belém: MPPA, 2024. Acesso em: 07 de fevereiro de 2024.

PARÁ. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Plano Estratégico Institucional**: aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça pela Resolução nº 011/2021. Belém: MPPA, 2021.

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 0008/2022-MP/PGJ. Resolve: Art.1º Institucionalizar os Planos Setoriais dos Centros de Apoio Operacional e dos Grupos de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado e de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional do MPPA, para o período 2021-2024. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34827, p.75. 12 jan. 2022.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 011/2021–CPJ, de 4 de novembro de 2021. Aprova o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) do período 2021-2029. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34775, p.125. 25 nov. 2021.

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 3095/2022-MP/PGJ. Resolve: Instituir no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a COMISSÃO PARA MONITORAMENTO DA GESTÃO E DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PEI-MPPA 2021/2029, especificamente relacionada aos assuntos pertinentes ao Radar Estratégico. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.35007, p.125. 14 jun. 2022.

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 1944/2024-MP/PGJ. Resumo da legislação. RESOLVE: Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 3095/2022-MP/PGJ, datada de 10 de junho de 2022, publicada no DOE em 14 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º. Designar os seguintes integrantes para comporem esta Comissão: Procurador de Justiça, Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Subprocurador-Geral de Justiça, Área de Gestão-Planejamento Estratégico, que pelos termos contidos na Portaria nº 7226/2023-MP/PGJ, exercerá a Presidência da Comissão; Procuradora de Justiça, Dra. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, Subprocuradora-Geral de Justiça, Área Técnico-Administrativa; Promotora de Justiça, Dra. MÔNICA REI MOREIRA FREIRE, Supervisora Administrativa dos Centros de Apoio Operacional do MPPA; Promotores de Justiça, Dr. JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES, Dr. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO e os servidores EDWALDO LOPES DA SILVA e JAILSON SILVA PINHEIRO, lotados na Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (COGEPE)”. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.35797, p.118-119. 25 abr. 2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-Pa
CEP:66015-165 - (91) 4006-3400
www.mppa.mp.br